



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE  
FACULDADE DE ARTES VISUAIS  
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

**AS AÇÕES DE FOMENTO NO PROCESSO DE GESTÃO DO MUSEU  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Belém  
2019

VITOR NONATO XAVIER

**AS AÇÕES DE FOMENTO NO PROCESSO DE GESTÃO DO MUSEU  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
Museologia pela Universidade Federal do  
Pará, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra.  
Rosângela Marques de Britto.

Belém  
2019

VITOR NONATO XAVIER

**AS AÇÕES DE FOMENTO NO PROCESSO DE GESTÃO DO MUSEU  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Pará, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosângela Marques de Britto.

Aprovado em: 11 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosângela Marques de Britto – Orientadora  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Carmen Lúcia Souza da Silva – Examinadora  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

---

Me. Louise Bogéa Ribeiro – Examinadora  
MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

*Dedico aos meus queridos amigos,  
Luan Rafael e Hendriw Saymon (in memoriam),  
que partiram sem se despedir, deixando saudade  
e a certeza de que iremos nos reencontrar.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre comigo, por sempre me iluminar e tranquilizar todas as vezes em que penso que não irei conseguir e por ter permitido que meu nome fosse incluído naquela listagem do Sisu, em 2015.

Aos meus pais, Valdilene e Odair, por nunca terem permitido que me faltasse alguma coisa, por terem permanecido acordados durante a reunião de documentos necessários para a habilitação ao curso naquela surpreendente e longa madrugada em que descobri que havia passado no vestibular. Por me apoiarem, me incentivarem e sobretudo, me amarem. Nada do que eu faça, irá retribuir o suficiente.

Ao meu irmão, Vinícius, que mesmo sendo teimoso e quase sempre um adolescente estressante, sempre torceu por mim, sempre me encheu de amor e carinho e sempre será o meu nenenzinho.

Aos parentes mais próximos em minhas duas famílias, Nonato e Xavier, sobretudo meus avós, pelos conselhos, ensinamentos, amor e cuidados recebidos.

A Lindalva, por ter se tornado minha segunda mãe em Belém, me acolhendo como um filho. Ao Maurélio e ao Matias, por me acolherem como um irmão e por todos os nossos momentos vividos em família. Sem vocês, seria bem mais difícil ter condições de continuar a graduação.

Ao Marcelo, pelos sorrisos de sempre, companheirismo de todos os dias e cuidados dignos de um filho, recebidos todos esses anos.

Aos meus melhores amigos de infância, Evenny, Eyde, Izabela, João, Rayane e Taiana, pelas pessoas maravilhosas que são, pelos rolês aleatórios de sempre, piadas, palavras de amor e incentivo, por toda a história que construímos e pela amizade inabalável.

Ao Carlos, por ser a pessoa incrível que a vida me deu de presente, por me abrigar todas as vezes em que não consegui voltar do centro de Belém para Marituba devido a hora, por me dar comida, cerveja e internet para os trabalhos acadêmicos, incluindo este, por sempre ter uma piada pronta para qualquer situação, por ter uma risada inconfundível, por aturar minhas reclamações e por ser um amigo de prontidão em todas as horas.

As minhas Calixtas, Gabriele, por ser essa mulher determinada que sempre tomou a frente dos nossos problemas acadêmicos, por ser um modelo de organização de tempo, por ser minha parceira de dança nas festas, por ser uma

grande amiga e por ser a calixta meiga chorona; meu amorzinho, Jaiane, a bruta mais sensível que conheço, por ter puxado assunto comigo no início do curso permitindo que, a partir disso, nascesse uma amizade para a vida inteira com pilares em Chaves, RBD e horóscopo de gêmeos, por ser um exemplo de perseverança e fé, por tantas besteiras ditas e risadas dadas e por ser a calixta bruta chorona; nossa intelectual, Paloma, por ser essa pessoa tão avoadada que acaba conseguindo trazer leveza às coisas e às situações, por conseguir tirar as melhores fotos, pelos rolês em que teve disposição pra ir e por ser a calixta tranqüilona; nossa criança, Silmara, por ser a calixta sumida que, mesmo de longe, acompanha a nossa vida cotidianamente e que é um poço de ternura.

A minha “panelinha”, carinhosamente chamada de cachaceiros, Carlos, Daniel, Rodrigo e Rômulo pelo companheirismo, pela parceria, pela amizade e pelo carinho; Caroline, pela risada escandalosa, pelo sorriso espontâneo e pela amizade; Regyellen, pelos cuidados, pelas risadas descontroladas, pelos cafunés, pelos incentivos, pelo carinho, pela leveza de encarar a vida e pela amizade; e a todos vocês, pelo desejo em comum que nos une: a cerveja.

A minha turma de Museologia 2015, que apesar de ter sofrido baixas – éramos 33 e nos tornamos 15 – se tornou uma família onde as diferenças eram usadas para tocar o barco adiante. Por transformar os finais de disciplina em confraternizações, pela linda e curta viagem feita à Bragança, onde basicamente confraternizamos o fim das aulas regulares e por executar de forma tão afetuosa a coisa mais linda de toda a Museologia UFPA, que nos uniu de um modo ímpar: a Exposição Curricular “Eu vou, mas eu volto! Catalendas e o Imaginário Amazônico na TV”. Tele, tele, tele, tele-sena, eu vou ganhar!

Ao corpo docente do curso de Museologia, por todo o conhecimento repassado, em especial, as professoras Márcia Bezerra e Paula Silva, pela proximidade que proporcionaram na relação docente-discente em suas aulas.

A minha orientadora, professora Rosângela Britto, por aceitar meu trabalho, pelo empenho e disposição em me ajudar, mesmo com tantos compromissos acadêmicos, por não ter desistido de mim quando terminei por não defender o trabalho dentro do calendário da minha turma, por compartilhar o seu vasto conhecimento e por ter muita paciência comigo.

Ao grande Jorge Ohashi, por ser o melhor secretário de curso que existe.

A Norma, Louise, Júlia, Raquel e ao Wanderson, funcionários do Museu da UFPA, pelo empenho e pelas conversas que me ajudaram no desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que torceram por mim e que contribuíram mesmo que indiretamente, para a finalização deste ciclo.

*Non ti ingannerai se ascolti il tuo cuore, apri le braccia  
quasi fino a toccare ogni mano, ogni speranza,  
ogni sogno che vuoi, perché poi,  
ti porterà fino al cuore di ognuno di noi.  
(Laura Pausini)*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o fomento na gestão do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA), o seu objetivo visa apresentar as ações de fomento executadas no cotidiano museológico deste museu Universitário. O objetivo específico versa acerca da reflexão crítica destas ações de captação de recursos ao museu, considerando os meandros das políticas públicas do setor museu no âmbito federal e os princípios estabelecidos na política nacional de museus incentivada em 2003 no Brasil. O tema da pesquisa versa pela gestão de museus e o destaque ao fomento, onde a metodologia aplicada consistiu em revisões bibliográficas, pesquisa documental, processo de análise e interpretação através de estudo de caso com a finalidade de coletar dados na estrutura administrativa do órgão para a obtenção de informações sobre as ações de fomento por ele exercidas, baseando-se nas premissas estipuladas pela Política Nacional de Museus e as leis que versam sobre o Estatuto de Museus, seus dispositivos dispostos no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) do Ministério da Cidadania. Outra esfera de análise é o Ministério de Educação, ao qual o MUFPA se integra estruturalmente, para acessar as informações sobre os subsídios atuais que versam sobre o fomento, no Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará (PDI – 2016-2025) e o Plano Institucional do Museu da UFPA, a partir de 2003. Nas considerações finais, a partir da análise geral das micro e macro estrutura de gestão baseada no orçamento anual e demais verbas disponibilizadas pela Universidade e todos os canais de captação financeira que o museu dispõe para a realização de seus projetos, incluindo a contribuição de sua associação de amigos, destaco a observação das potencialidades e confiabilidades das ações de fomento no âmbito da gestão de museus e os benefícios que essas ações trazem à instituição.

**Palavras-chave:** Museu da Universidade Federal do Pará. Fomento. Gestão de museus.

## ABSTRACT

The objective of this work is to promote the management of the Museum of the Federal University of Pará (MUFPA), its objective is to present the development actions carried out in the museum's daily life of this University museum. The specific objective is about the critical reflection of these actions to attract resources to the museum, considering the meanderings of the public policies of the museum sector at the federal level and the principles established in the national museum policy encouraged in 2003 in Brazil. The research theme is museum management and the emphasis on development, where the applied methodology consisted of bibliographical reviews, documentary research, analysis and interpretation process through a case study with the purpose of collecting data in the administrative structure of the organ for the obtaining information on the fomentation actions carried out by him, based on the premises stipulated by the National Museums Policy and the laws that deal with the Statute of Museums, its dispositions arranged in the Brazilian Institute of Museums (IBRAM) of the Ministry of Citizenship. Another area of analysis is the Ministry of Education, to which MUFPA integrates structurally, in order to access information on current subsidies on development, in the Development Plan of the Federal University of Pará (PDI - 2016-2025) and Institutional Plan of the UFPA Museum, starting in 2003. In the final considerations, based on the general analysis of the micro and macro management structure based on the annual budget and other funds made available by the University and all the funding channels that the museum has for the realization of their projects, including the contribution of their association of friends, I highlight the observation of the potentialities and reliabilities of the promotion actions in the scope of museum management and the benefits that these actions bring to the institution.

**Keywords:** Museum of the Federal University of Pará. Development. Management of museums.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Palacete Augusto Montenegro, prédio sede do Museu da UFPA.....	42
<b>Figura 2</b> – Organograma do Museu da UFPA.....	49
<b>Figura 3</b> – Nota de Empenho para a Universidade Federal do Pará, destinada aos serviços de Ampliação do Anexo Administrativo do MUFPA.....	54
<b>Figura 4</b> – Extratos de Contrato e Licitação publicados no Diário Oficial.....	55
<b>Figura 5</b> – Placa de (Re)Inauguração do Anexo do MUFPA.....	56
<b>Figura 6</b> – Capa do Projeto Modernização do Museu da UFPA.....	57
<b>Figura 7</b> – Espelho de Emenda de Apropriação de Despesa do Projeto Modernização do Museu da UFPA.....	58
<b>Figura 8</b> – Orçamento do projeto de implantação do Jardim de Esculturas.....	60
<b>Figura 9</b> – Placa de Inauguração do Jardim de Esculturas.....	61
<b>Figura 10</b> – Jardim de Esculturas atual.....	62
<b>Figura 11</b> – Placa de Reconhecimento ao projeto Recuperação e Difusão do Acervo Musical da Coleção Vicente Salles da Biblioteca do Museu da UFPA.....	64
<b>Figura 12</b> – Projeto Mobiliário para o Acervo Vicente Salles.....	65
<b>Figura 13</b> – Elevador do Museu da UFPA visto da Sala de Documentação.....	67
<b>Figura 14</b> – Trecho do Convênio firmado entre a SECULT e a AAMUFPA.....	68
<b>Figura 15</b> – Obra doada ao MUFPA.....	78
<b>Figura 16</b> – Etiqueta de Obra doada ao MUFPA.....	78

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Programa Institucional do MUFPA.....	44
<b>Tabela 2</b> – Instalações de alguns Compartimentos do MUFPA.....	46
<b>Tabela 3</b> – Missão, Visão e Valores do MUFPA.....	50
<b>Tabela 4</b> – Orçamento dos últimos Quatro Anos.....	51
<b>Tabela 5</b> – Calendário Anual de Exposições do MUFPA.....	70
<b>Tabela 6</b> – Eventos Paralelos às Exposições do MUFPA.....	71
<b>Tabela 7</b> – Exposições previstas para 2020.....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AAMUFPA** – Associação de Amigos do Museu da UFPA
- ABRAM** – Agência Brasileira de Museus
- ASCOM** – Assessoria de Comunicação
- BB** – Banco do Brasil
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEF** – Caixa Econômica Federal
- CNIC** – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
- CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COFEM** – Conselho Federal de Museologia
- DEMU** – Departamento de Museus e Centros Culturais
- EMUFPA** – Escola de Música da UFPA
- ETDUFPA** – Escola de Teatro e Dança da UFPA
- FNC** – Fundo Nacional de Cultura
- FNPM** – Fundação Nacional Pró-Memória
- FUNARTE** – Fundação Nacional de Artes
- IBPC** – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
- IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus
- ICA** – Instituto de Ciências da Arte
- ICOM** – Conselho Internacional de Museus
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LOA** – Lei Orçamentária Anual
- MEC** – Ministério da Educação
- MP** – Medida Provisória
- MINC** – Ministério da Cultura
- MINOM** – Movimento Internacional da Nova Museologia
- MUFPA** – Museu da Universidade Federal do Pará
- OGU** – Orçamento Geral da União
- PEC** – Projeto de Emenda Constitucional
- PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PDU** – Plano de Desenvolvimento da Unidade
- PGO** – Plano de Gestão Orçamentária

**PI** – Plano Institucional

**PM** – Plano Museológico

**PRONAC** – Programa Nacional de Apoio à Cultura

**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SECULT** – Secretaria de Estado de Cultura

**SPHAN** - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**UFPA** – Universidade Federal do Pará

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. O FOMENTO NA GESTÃO DE MUSEUS.....</b>	<b>21</b>
1.1 BREVE HISTÓRICO DOS MUSEUS E SUA DISSEMINAÇÃO PELO PAÍS.....	25
1.2 A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS COMO ESTÍMULO AO FOMENTO.....	28
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS COM VISTAS AO FOMENTO.....	31
<b>1.3.1 Lei de Incentivo à Cultura.....</b>	<b>32</b>
<b>1.3.2 Mecenato.....</b>	<b>33</b>
<b>1.3.3 Emenda Parlamentar.....</b>	<b>34</b>
1.4 ECONOMIA DE MUSEUS.....	36
<b>1.4.1 Economia Criativa.....</b>	<b>37</b>
<b>1.4.2 Economia da Cultura.....</b>	<b>38</b>
1.5 A ABRAM E OS RISCOS DA PRIVATIZAÇÃO.....	39
<b>2. O MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ COMO CAMPO DE ESTUDO: PROGRAMA INSTITUCIONAL DO MUFPA.....</b>	<b>41</b>
2.1 INFRAESTRUTURA, ACERVO E BIBLIOTECA.....	45
2.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	48
<b>2.2.1 Programa de Financiamento e Fomento.....</b>	<b>50</b>
2.3 AS AÇÕES DE FOMENTO REALIZADAS PELO MUSEU DA UFPA.....	52
<b>2.3.1 A Construção da Reserva Técnica e Novos Setores Administrativos.....</b>	<b>53</b>
<b>2.3.2 A Criação do Jardim de Esculturas.....</b>	<b>59</b>
<b>2.3.3 Recuperação e Difusão do Acervo Musical da Coleção Vicente Salles....</b>	<b>62</b>
<b>2.3.4 Mobiliário para o Acervo Vicente Salles.....</b>	<b>65</b>
<b>2.3.5 Elevador.....</b>	<b>66</b>
<b>2.3.6 Outras Ações de Fomento Descobertas Durante a Pesquisa.....</b>	<b>68</b>
<b>2.3.7 Projetos em Fase de Captação de Recursos.....</b>	<b>69</b>
<b>2.3.8 Calendário Anual e Eventos Fixos.....</b>	<b>70</b>
2.4 ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DA UFPA (AAMUFPA).....	72
2.5 FEIRINHA.....	74
<b>3. UMA ANÁLISE GERAL SOBRE A EFICÁCIA E PROPOSIÇÕES ACERCA DAS AÇÕES DE FOMENTO REALIZADAS NO MUSEU DA UFPA.....</b>	<b>77</b>
3.1 METAS FUTURAS.....	80
3.2 UMA VISÃO ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DA AAMUFPA.....	82
3.3 DEMAIS ALTERNATIVAS DE FOMENTO NO MUSEU DA UFPA.....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

Segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM<sup>1</sup>):

museu<sup>2</sup> é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade com fins de educação, estudo e deleite (ICOM, tradução nossa).

Neste sentido, a instituição museu tem como missão essencial, a questão da aquisição, conservação, pesquisa, comunicação e exposição dos bens culturais, seguindo esta o seu fim social, mas para tal, precisa ser estruturada como uma “instituição permanente, sem fins lucrativos”. Ao encontro desta sistematização, é preciso que obedeça às regras vigentes na legislação do campo museal e das normatizações administrativas de cada região a qual a instituição mantém seu vínculo organizacional.

Neste viés de gestão para análise e estudo desta instituição, os museus se definem por diferentes inserções administrativas. Podem ser privados, assim como públicos federais, estaduais ou municipais (CÂNDIDO, 2014). No Brasil, seja independente ou vinculado a alguma autarquia superior, o museu a ser criado deve seguir as recomendações dadas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) por meio do Estatuto de Museus, tais como:

- 1 – Elaboração de um projeto para a criação do museu;
- 2 – Estabelecimento da pessoa jurídica da instituição, regulamentada por diploma legal;

---

<sup>1</sup>O Conselho Internacional de Museus (*International Council of Museums*) criado em 1946, é uma organização internacional de museus e profissionais de museus que está comprometida com a pesquisa, conservação, continuação e comunicação à sociedade do patrimônio natural e cultural do mundo, presente e futuro, tangível e intangível. O ICOM tem cinco missões principais: estabelecer padrões de excelência, liderar um fórum diplomático, desenvolver uma rede profissional, liderar um *think tank* global e realizar missões internacionais. A definição atual de museu data de 2007 e considerando as complexidades do século XXI, o Conselho Executivo do ICOM em consonância com o Comitê Permanente de Definição de Museu, decidiu que está na hora de repensar e revisar a definição de museu existente. No próximo encontro internacional da instituição, que ocorrerá na cidade de Quioto em setembro de 2019, a definição será revista, levando em consideração as mais de duzentas e cinquenta propostas apresentadas pela comunidade internacional, pois o intuito do ICOM é manter a definição dinâmica e correspondente ao encontro do que a instituição museu representa na sociedade mundial. Disponível em: <<http://icom.museum/en/activities/standards-guidelines/museum-definition/>>.

<sup>2</sup>O termo iniciado com letra “m” minúscula, refere-se à instituição e com maiúscula “M”, refere-se ao conceito ou ao campo teórico e de conhecimento da Museologia ou ao campo Museal.

3 – Contratação permanente de uma equipe interdisciplinar, composta, inclusive, do profissional museólogo para a realização dos procedimentos técnicos museológicos;

4 – Aprovação de um regimento;

5 – Elaboração do Plano Museológico, conforme Artigo 46º da lei nº 11.904, instrumento básico que definirá a missão, os objetivos, os públicos e os programas.

Criado, o museu passa a estruturar os seus setores internos. O setor administrativo é o responsável por sua gestão direta, cuidando de sua manutenção, investimentos, orçamentos, contratações, etc. E tudo isso demanda um planejamento para que a instituição caminhe mantendo o controle de seus setores e de seus objetivos, levando em consideração que o planejamento vai determinar as ações do museu e as metas a serem cumpridas anualmente ou até determinados prazos, como por exemplo, as estratégias de fomento. Dos museus que funcionam ou são mantidos como parte da estrutura governamental, exige-se normalmente que funcionem de acordo com o sistema de gestão do órgão administrativo (EDSON, 2004).

Uma vez que a criação de um museu gera grandes responsabilidades em relação ao seu planejamento e gestão, faz-se necessário assegurar a sustentabilidade da instituição, além da apropriação dos conceitos dispostos nas Leis 11.904/09 e 7.287/84, que, respectivamente, instituem o Estatuto Brasileiro de Museus e dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo.

Sendo o museu uma organização, ele necessita de uma gestão eficiente a fim de desempenhar a função de laboratório em que a experimentação museológica se realiza, sendo reconhecidamente útil à sociedade por sua capacidade de promover o diálogo intercultural. Só que ao se pensar em gestão eficiente, pensa-se logo em planejamento estratégico (SOARES, 2015).

Planejar significa formular objetivos e ações alternativas, onde no final, a tomada de decisão se dará sobre a melhor ação. Para Cândido (2014) as razões para planejar são não apenas relativas a uma maior possibilidade de decisões corretas, mas à obtenção de apoios. Muitos fatores internos e externos aos museus se alteraram nos últimos anos, levando de forma mais premente a essa necessidade de planejamento, e em especial na questão da manutenção financeira e econômica destas instituições.

O Plano Museológico é a ação de organização e estratégia que, segundo o artigo 45 do Estatuto de Museus – Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009 –, é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade<sup>3</sup>.

Para Cândido (2014), um bom plano necessita ser estratégico, exequível e considerar todos os aspectos de uma maneira integrada. Do mesmo modo, precisa evitar contradições internas, organizar as metas em ordem de prioridades, distribuindo as responsabilidades dentro de um cronograma de trabalho, assim como indicar as formas e critérios de avaliação que serão adotados. O Plano Museológico deve ter uma vigência de dois a cinco anos, sendo passível de reformulações assim que chegar o período de sua revisão.

E uma das ações que devem estar incluídas no Plano Museológico é o Programa de Fomento, que é o responsável pela captação de recursos, seja através de leis de incentivo fiscal no âmbito federal, estadual ou municipal, através de emendas parlamentares, ou através de publicações de editais que visem premiar, patrocinar ou estabelecer parcerias a projetos, que, ao serem submetidos atendam às exigências especificadas ou que visem adquirir recursos para a própria instituição museal.

No que tange à sua gestão, os museus contam normalmente com três fontes básicas de renda: financiamento público, doações privadas e faturamento próprio com bilheteria, vendas realizadas pela loja do museu, cursos diversos, etc. (REIS, 2010). E, conforme o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), para o financiamento dos projetos no setor museológico existem atualmente três alternativas principais: apoio direto realizado pela Secretaria Especial da Cultura via Ministério da Cidadania e seus vinculados (IBRAM) com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), por meio de Emendas Parlamentares ao próprio Orçamento e por meio de Renúncia Fiscal através da Lei 8.313/91 do Programa Nacional de Apoio à Cultura<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup>Lei 11.904, 14 de janeiro de 2009, ver “Sessão III – Do Plano Museológico”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm)>

<sup>4</sup>Lei 8.313, 23 de dezembro de 1991, ver “Sessão I – Das Disposições Preliminares”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm)>

(Pronac). Também no âmbito das leis de incentivo, podemos considerar as esferas estadual e municipal dependendo da atuação de suas respectivas Secretarias ou Departamentos de Cultura.

Sendo assim, este trabalho visa refletir criticamente a área do Fomento à museus, considerando a Política Nacional de Museus como o campo de legislação para esta área de ação. Assim como, o escopo de análise tem como pressuposto, considerar o fomento como uma prática que deve ser eficaz na captação de recursos. Este tema de estudo parte como estudo de caso, as ações de fomento no processo de gestão executadas pelo Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA), no âmbito de sua atual gestão administrativa. Este museu universitário foi criado na década de 1980, vinculado à universidade e consequentemente ao Ministério da Educação.

A presente pesquisa se faz importante no que diz respeito a uma reflexão acerca de como as ações de fomento são importantes para a captação de recursos ao museu, considerando o orçamento anual e demais verbas disponibilizadas pela Universidade e todos os canais de captação financeira que o Museu da UFPA dispõe para a realização de seus projetos, incluindo a contribuição de sua associação de amigos, observando a eficácia de todas essas ações. A pesquisa também se torna viável para a reflexão acerca da gestão de um museu universitário, como é o caso do MUFPA, que tem seu orçamento fixo definido pela Universidade Federal do Pará.

O tema da pesquisa versa pela gestão e ações de fomento dentro do Museu da UFPA. O seu objetivo geral de estudo tem como foco as ações de fomento executadas no cotidiano da gestão do Museu da Universidade Federal do Pará, considerando a Política Nacional de Museus e o Plano Institucional do MUFPA. Os objetivos específicos são dois, nos quais o primeiro visa estudar o Plano Institucional do Museu, compreender e levantar as ações executadas com vistas à captação de recursos considerando os canais utilizados e disponíveis para o Museu; e o segundo visa analisar criticamente a eficácia das ações práticas no âmbito do fomento neste museu que é universitário e de esfera federal.

Para alcançar os resultados esperados, a metodologia aplicada consiste em revisões bibliográficas, pesquisa documental e processo de análise e interpretação através de estudo de caso. Para o desenvolvimento do estudo de caso foram realizadas visitas ao MUFPA com a finalidade de coletar dados na estrutura

administrativa do órgão para a obtenção de informações sobre as ações de fomento por ele exercidas, baseando-se nas premissas estipuladas pela Política Nacional de Museus e as leis que versam sobre o Estatuto de Museus, seus dispositivos e o IBRAM.

Para embasamento teórico, o projeto se ancorou em alguns referenciais já definidos que se complementam, a saber: museus (ICOM; IBRAM), a Museologia no Brasil (CHAGAS, 2009; JÚNIOR; CHAGAS, 2007;), a administração e gestão de museus (CÂNDIDO, 2014; EDSON, 2004), planejamento e planejamento estratégico (CÂNDIDO, 2014; SOARES, 2015), Plano Museológico (CÂNDIDO, 2014; Lei 11.904; RODRIGUES, 2015), e Financiamento e Fomento na Museologia (ABREU, 2010; CÂNDIDO 2014; IBRAM; Lei 8.313; NASCIMENTO JÚNIOR, 2010), Política e Gestão Cultural (AVELAR, 2014, BARBALHO, 2018; BARBALHO, 2013), Museu da Universidade Federal do Pará (BRITTO, 2014; PDI – 2016-2025, PDU – 2017-2020; SILVA; BRITTO, 2017), Associação de Amigos do Museu da UFPA (BRITTO, 2014; Estatuto AAMUFPA, Lei 11.904; Decreto 8.124), além de consultas feitas à legislação brasileira, às páginas oficiais do IBRAM e do Museu da Universidade Federal do Pará, pesquisa documental e coleta de informações junto ao corpo técnico-administrativo do órgão e demais referências correlatas.

Esta monografia está dividida em três capítulos. No primeiro, introduzo um breve panorama das políticas culturais com vistas ao fomento dentro da gestão de museus, a partir da década de 1990 até o cenário atual, levando em consideração um recorte histórico da criação museus pelo país e as políticas públicas que versam sobre a economia dos museus. No segundo capítulo apresento meu objeto de estudo, o Museu da UFPA e o desdobramento de minha pesquisa, onde elenco as ações de fomento executadas pela atual gestão administrativa e pela associação de amigos do museu, com vistas à compreensão da importância dos canais de captação de recursos. E no terceiro capítulo, descrevo acerca da reflexão e análise feita sobre as ações de fomento ao museu, discorrendo sobre possíveis métodos que visem contribuir para a eficácia da captação de recursos. Nas considerações finais, retorno aos objetivos gerais da pesquisa e as demais considerações feitas durante o estudo, pois compreendo que o tema referente as ações de fomento e os processos de gestão, estão atrelados intrinsecamente e que são relevantes no processo de formação continuada do museólogo, mesmo que tais campos, em termos disciplinares, sejam pouco estudados nos cursos de graduação.

## 1. O FOMENTO NA GESTÃO DE MUSEUS

Neste capítulo, introduzo uma visão panorâmica do tema do fomento no âmbito dos museus, numa perspectiva entrelaçada de uma macro e uma microestrutura das organizações ou mesmo, das políticas culturais efetivadas no Brasil, tendo como ênfase, alguns acontecimentos ou marcos destacados no período de 1990 até 2019.

Após o desmonte das instituições culturais no início dos anos 1990 pelo governo Collor, o poder público estagnou seus interesses em investir na área da cultura. Mas diante dos efeitos trazidos por essas medidas, os intelectuais e políticos conscientes do quão debilitado ficou o campo cultural, reagiram ao desmonte e fomentaram o desenvolvimento da política cultural que era possível fazer naquela conjuntura. Ancorada na formulação de mecanismos de renúncia fiscal, a proposta tinha por finalidade estimular a participação da iniciativa privada no financiamento das atividades e produções culturais. Resultante de um contexto político-econômico neoliberal, a criação da Lei Rouanet – hoje Lei de Incentivo à Cultura<sup>5</sup> – viria a ser o principal canal de captação de recursos para projetos artísticos via incentivo fiscal. Desse modo, as relações público-privado foram se fortalecendo fazendo surgir também a cultura do mecenato no país.

Neste sentido, o antropólogo e museólogo, José Nascimento Júnior<sup>6</sup> (2010), reitera que, por muito tempo o Estado Brasileiro abdicou da possibilidade de formulador e fomentador de políticas públicas em geral e, no setor cultural especificamente, isso teve um efeito devastador ao não apostar na estruturação de instrumentos de gestão pública da cultura. Outro autor do campo da produção cultural, Romulo Avelar (2014), explana sobre as responsabilidades do Poder Público e as formulações de políticas culturais e do financiamento à Cultura, reitera

---

<sup>5</sup>Em 24 de abril de 2019, o governo do Presidente Jair Bolsonaro, publicou alterações nas regras da Lei de Incentivo à Cultura, as quais uma delas foi a retirada do sobrenome Rouanet (referência a Sérgio Paulo Rouanet que foi Secretário de Cultura do governo Collor), passando a considerar apenas o seu nome institucional. As alterações foram oficializadas em instrução normativa publicada no Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/instru%C3%87%C3%83o-normativa-n%C2%BA-2-de-23-de-abril-de-2019-84797797>>

<sup>6</sup>É importante destacar o papel de José Nascimento Junior, que colaborou com a construção da Política Nacional de Museus e, posteriormente, exerceu o cargo de direção do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) no Governo Lula e na gestão de Gilberto Gil quando Ministro da Cultura. Assim como, destaco o papel significativo do paraense Márcio Augusto Freitas de Meira a frente da secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, juntamente com o Departamento de Museus e Centros Culturais que posteriormente deu subsídio para a criação do IBRAM (BRITTO, 2019).

que houve “omissão em relação à área da cultura” que “marcou a atuação de sucessivos governos federais, estaduais e municipais, e quando a discussão acerca do tema ocorria, limitava-se aos círculos acadêmicos e às *rodas de botequim*” (AVELAR, 2014, p.96, grifo do autor).

Compreende-se que o museu integra o campo do cenário sócio-político cultural e como tal é uma das instituições que compõe a realização de uma ação cultural que está implícita em escolhas ideológicas, assim como, em diretrizes macro e micro estruturais que envolvem de certa forma “os valores e visões de mundo daqueles que ocupam os cargos de primeiro escalão do governo, e também da capacidade de articulação dos setores organizados<sup>7</sup>” (AVELAR, 2014, p. 96). Nestas veredas a definição de política cultural é “um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura” (CALABRE, 2005, p. 9 apud AVELAR, 2014, p. 97).

A valorização dos museus e o crescimento dos investimentos na área ocorreram e foram sentidas após o lançamento da Política Nacional de Museus, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, documento que serviu de base para definir os rumos da preservação e do desenvolvimento do patrimônio museológico brasileiro. Já naquele ano, os investimentos no campo museal subiram de R\$ 24 para R\$ 44 milhões de reais<sup>8</sup>.

Um dos primeiros desdobramentos da Política Nacional de Museus foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), também em 2003, dentro da estrutura organizacional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que acarretou, de imediato, o fortalecimento de todos os museus do Ministério da Cultura. Na sequência deste processo, foi criado o Sistema Brasileiro de Museus – que seria posteriormente atrelado ao Instituto Brasileiro de Museus – através do Decreto nº 5.264<sup>9</sup> de 05 de novembro de 2004, outra ação fundamental para a disseminação da Política Nacional de Museus.

---

<sup>7</sup>Neste caso destaco como elemento articulador do “setor museu”, a mobilização nacional composta por uma rede de colaboradores, dentre profissionais, museus e órgãos, tendo gerado o primeiro documento intitulado “Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania” (2003). Esta questão vai ser mais explicitada nos subtópicos deste capítulo.

<sup>8</sup>Relatório de Investimentos no Campo Museal. 2011. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/Investimentos-no-Campo-Museal-2011.pdf>>

<sup>9</sup>Revogado pelo Decreto 8.124, 17 de outubro de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm#art65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm#art65)>

Em consonância com a Política Nacional de Museus foi criado o Estatuto de Museus, uma das principais ferramentas para a construção de políticas museais. Instituído pela Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, o estatuto possibilitou a regulamentação e o reconhecimento público dos museus em toda a sua diversidade, sejam eles criados a partir do Estado ou a partir de iniciativas de grupos sociais diversos (ASCOM/IBRAM, 2013).

Segundo o Estatuto de Museus<sup>10</sup>, o poder público tem o dever de estabelecer mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus públicos brasileiros. Para o setor museológico, o Estatuto é um instrumento que possibilita organização e desenvolvimento destas instituições (RODRIGUES, 2015). Com esse compromisso, busca-se pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, via Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ter mecanismos para propor, elaborar e implementar políticas e programas de fomento e financiamento, para assegurar a sustentabilidade e o desenvolvimento dos museus brasileiros.

O Instituto Brasileiro de Museus foi criado também na gestão do presidente Lula, em janeiro de 2009, com a assinatura da Lei 11.906<sup>11</sup>. A autarquia fora vinculada ao então Ministério da Cultura e substituiu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

Com a criação do IBRAM, e a efetiva prática da Política Nacional de Museus, o setor museal passou a dispor de instrumento dotado de autonomia e maior orçamento para lidar com suas demandas. Desde a sua gênese, o IBRAM foi organizado para ter uma estrutura capaz de propor soluções de ordem prática para a sustentabilidade da rede, junto com a aferição da dimensão econômica dos museus (NASCIMENTO JÚNIOR, 2010).

Dados do IBRAM do ano de 2012 mostram que após a criação do Instituto, houve um considerável salto entre os recursos aplicados diretamente pelo extinto Ministério da Cultura. Em 2009 foram R\$ 43 milhões e, em 2010, R\$ 70 milhões. Em termos de incentivo fiscal, os números também são significativos: foram captados R\$ 73 milhões em 2009, R\$ 100 milhões em 2010 e R\$ 146 milhões em 2011. No total de investimentos, 2011 teve recorde com R\$ 216 milhões. Recursos que foram captados via Sistema do extinto Ministério da Cultura (MinC), do Fundo Nacional de Cultura (FNC) e dos projetos do Programa Nacional de Cultura (Pronac).

---

<sup>10</sup>Lei 11.904/09.

<sup>11</sup>Lei 11.906, 20 de janeiro de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm)>

As gestões de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) no governo Lula, com (muitos) acertos e (alguns) erros, colocaram as políticas culturais em um expressivo patamar, nacional e internacional, nunca antes alcançado pelo Ministério da Cultura no país. Elas enfrentaram as tristes tradições – ausências, autoritarismos e instabilidades – que marcaram a trajetória das políticas culturais nacionais e inauguraram vigorosas políticas culturais em diversas áreas (BARBALHO; CALABRE; RUBIM, 2015, p. 9).

Ainda segundo o IBRAM, dados de 2015 mostram que, em 2014, na gestão presidencial de Dilma Rousseff, pela primeira vez os investimentos no setor museal ultrapassaram R\$ 300 milhões de reais. Em 2015, os investimentos totalizaram R\$ 307.412.866,00<sup>12</sup>. O IBRAM empenhou cerca de 17,6% deste valor, sendo os outros 82,3% empenhados na época pelas demais unidades orçamentárias do Sistema do Ministério da Cultura.

Em 2018, na gestão do então presidente Michel Temer, o mesmo foi autor de uma Medida Provisória que propunha a extinção do IBRAM e a criação da ABRAM – Agência Brasileira de Museus, logo após o país ser surpreendido pela tragédia ocorrida em 02 de setembro daquele ano que chocou a nação: o incêndio que destruiu o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, instituição vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, ao Ministério da Educação, que até então era o museu mais antigo do país, com duzentos anos de existência, com uma indispensável importância à história e à pesquisa brasileiras e, que na contramão dos dados acima, vinha sofrendo com os cortes no orçamento, devido ser um museu universitário e estar enquadrado como órgão suplementar da UFRJ, estando assim submetido à variação das verbas discricionárias da instituição. Dados da revista Galileu apontaram que, o dinheiro repassado ao Museu Nacional era cada vez mais insuficiente: o orçamento, que era de R\$ 480 mil em 2016, caiu para R\$ 445,5 mil em 2017, em valores corrigidos pela inflação e até a tragédia do incêndio, o Museu Nacional precisava manter suas atividades com R\$ 268,4 mil reais<sup>13</sup>.

Tal fato abriu um leque de críticas e reflexões com relação ao descaso da administração pública para com o patrimônio histórico e cultural musealizado e

---

<sup>12</sup>Ver: *Economia dos Museus*. Investimentos no setor museal disponíveis em: <<http://www.museus.gov.br/os-museus/economia-de-museus/>>

<sup>13</sup>Ver: *Revista Galileu*, 04/09/2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/09/cafezinho-dos-deputados-tem-orcamento-maior-que-o-do-museu-nacional.html>>

chamou a atenção para o fato dos museus universitários serem tratados como órgãos suplementares das universidades e possuírem orçamentos instáveis e muito abaixo do que necessitam.

As consequências dessa perda para a ciência e as gerações futuras é incalculável. E, para além do patrimônio insubstituível, quanto custará aos cofres públicos retomar a estrutura do Museu Nacional? Certamente muito mais do que teria custado para mantê-la a salvo (GRAMPA, 2018, p. 1).

O projeto de criação da ABRAM foi arquivado após votação e o IBRAM permaneceu. Em fevereiro deste ano, o novo presidente do órgão, Paulo Amaral e o diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, assinaram o Protocolo de Intenções entre IBRAM e Museu Nacional, com vistas à uma interação entre seu quadro funcional, iniciativas de cooperação, informações, experiências e conhecimento para a Elaboração do Plano Museológico do Museu Nacional. Além disso, o Instituto prestará assessoria técnica nas ações que envolvam a reconstrução institucional do museu, inventários, sistematização de política de acervo, registro do museu, etc., além de auxiliar o Museu Nacional na concepção, planejamento e gestão de exposições e mostras de curta duração. Após a extinção do Ministério da Cultura pelo atual governo de Jair Bolsonaro, o Instituto Brasileiro de Museus está subordinado ao Ministério da Cidadania.

### 1.1 BREVE HISTÓRICO DOS MUSEUS E SUA DISSEMINAÇÃO PELO PAÍS

Segundo José Nascimento Júnior e Mário Chagas (2007) a mais antiga experiência museológica de que se tem notícia no Brasil remonta ao século XVII e foi desenvolvida durante o período da dominação holandesa, em Pernambuco. Consistiu na implantação de um museu (incluindo jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico) no grande parque do Palácio de Vrijburg (Friburgo). Mais adiante, já na segunda metade do século XVIII, no Rio de Janeiro, surgiria a famosa Casa de Xavier dos Pássaros, cuja existência prolongou-se até o início do século XIX. No entanto, o caminho para as ações de fomento cultural e criação de instituições congêneres aos museus e/ou instituições culturais capazes de se enraizarem na vida social e cultural brasileira, só começaram a tomar caminho a partir do século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808.

É nesse quadro que, em 1818, foi criado o Museu Real, hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista – completamente destruído em um incêndio de grandes proporções no dia 02 de setembro de 2018 – e, em 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Em 1826, quatro anos depois da Independência, foi inaugurado o primeiro salão da Academia Imperial de Belas Artes, hoje Museu de Belas Artes. Desse modo, a criação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do Museu do Exército (1864), da Sociedade Filomática (1866) – hoje Museu Paraense Emílio Goeldi – o mais antigo em atividade no Brasil, do Museu da Marinha (1868), do Museu Paranaense (1876) e do Museu Paulista (1895), demonstram que o campo museal foi crescendo gradativamente, mas é a partir do século XX que ele se estabelece como campo constituído.

Este breve esboço da constituição da imaginação museal no Brasil permite compreender que, mesmo antes do surgimento das universidades e dos institutos públicos de preservação do patrimônio cultural, os museus já exerciam as funções de pesquisa, preservação, comunicação patrimonial, formação e capacitação profissional (JÚNIOR; CHAGAS, 2007, p. 14).

Segundo Chagas (2009), este cenário de crescimento se deu devido a um conjunto de mudanças socioculturais e político-econômicas que se manifestaram no Brasil depois das décadas de 1920, com a criação do Museu Histórico Nacional, por exemplo, e, sobretudo, de 1930 com a criação do Curso de Museus e da Inspetoria de Monumentos Nacionais, por exemplo.

Se existem gestos divisores de águas no campo museal, eles encontram-se na criação do Curso de Museus (1932) e na criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), dois acontecimentos produzidos no âmbito do Museu Histórico Nacional. O primeiro foi responsável pela institucionalização da museologia e dos estudos de museus no Brasil, o segundo, um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936 (JÚNIOR; CHAGAS, 2007, p. 14).

Para José Nascimento Júnior e Mário Chagas (2007), a notável proliferação de novos museus iniciada na década de 1930 estendeu-se e ampliou-se nos anos 1940 e 1950, passando pela Segunda Guerra Mundial e pela Era Vargas, chegando aos chamados anos dourados. É importante registrar que essa proliferação não se deu apenas em termos de quantidade; ela trouxe uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo. No intervalo

entre as duas grandes guerras, com os laços de dependência internacional menos intensos, foi possível criar instituições e desenvolver práticas preservacionistas de caráter nacional. Assim, é compreensível que, logo após o final da Segunda Grande Guerra, em 1946, fosse criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma organização não governamental ligada à UNESCO, tendo Mário Barata, jovem recém-saído do Curso de Museus, participado de sua criação. O seu contato com instituições brasileiras foi decisivo para que no mesmo ano fosse criada no Brasil a representação nacional do ICOM.

Entre os anos 1940 e 1950, a área de museus começou a se fortalecer no Brasil, destacando-se publicações de livros e com a criação de museus como os de Arte Moderna, de Imagens do Inconsciente e do Índio. Em 1956, foi realizado em Ouro Preto o 1º Congresso Nacional de Museus e, em 1958, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, aconteceu o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus. Estes dois encontros desempenharam grandes papéis na difusão e na profissionalização da museologia e na consagração de uma perspectiva pedagógica nos museus brasileiros. Vale ressaltar que na década seguinte, em 1963, foi criada a Associação Brasileira de Museologistas, atual Associação Brasileira de Museologia, responsável pela realização de inúmeros fóruns, congressos, seminários, encontros e debates, e principal agente de mobilização na luta pela regulamentação da profissão de museólogo – o que viria a acontecer em 1984 através da lei nº 7.287<sup>14</sup>.

Em 1976, foi realizado no Recife o 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus de onde saíram os Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira, documento utilizado como referência para a orientação de projetos. Três anos depois, em 1979, seria criada por Aloísio Magalhães a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que abrigou, durante aproximadamente uma década, um conjunto de museus não atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Foi a partir da FNPM que, em 1983, instalou-se o Programa Nacional de Museus, que desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros.

O panorama museológico entre os anos 1970 e 1980 estava em ascensão e se valia de novas ideias, encontros, debates e novas propostas de uma museologia

---

<sup>14</sup>Lei 7.287, 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Museólogo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7287.htm)>

mais ativa, participativa e democrática. E no âmbito das discussões de política museológica surgiria, em 1986, o Sistema Nacional de Museus para articular e apoiar financeiramente projetos museológicos. Mesmo depois de alguns avanços, no início dos anos 1990, a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram extintas e, em substituição, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que posteriormente, em 1994, se tornaria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da Medida Provisória 752<sup>15</sup>.

O Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), que se organizou nos anos 1980 a partir da museologia clássica nos anos 1970, configurou um novo conjunto de meios capazes de dilatar, ao mesmo tempo, o campo museal e a paisagem patrimonial. Os museus conquistaram uma notável importância no panorama político e cultural do mundo contemporâneo. Deixaram de ser compreendidos por setores políticos e intelectuais brasileiros apenas como casas onde se guardam relíquias do passado ou como lugares de interesse sociocultural. No Brasil, resistiram – e ainda resistem – aos desmontes feitos pelo poder público durante a década de 1990, tendo apenas o apoio do Sistema Nacional de Museus, do IBPC e, posteriormente, IPHAN, chegando ao século XXI, necessitando mais do que nunca, de uma política de investimento e planejamento, o que viria acontecer em 2003 com o lançamento da Política Nacional para os museus.

## 1.2 A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS COMO ESTÍMULO AO FOMENTO

Com a posse de Luíz Inácio Lula da Silva em 2003, o formato neoliberal defendido no governo anterior foi modificado, apesar de alguns de seus elementos permanecerem até os dias de hoje. No campo cultural, por exemplo, temos a permanência das leis de incentivo como pilares fundamentais do financiamento da cultura [...] (BARBALHO, 2013, p. 19).

Em comemoração aos trinta anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 2002, realizou-se em Rio Grande – RS o 8º Fórum Estadual de Museus, sob o tema “Museus e globalização”, evento em que foi elaborada e divulgada a “Carta do Rio Grande”. Ainda em 2002, o Conselho Federal de Museologia (COFEM) elaborou e divulgou o documento denominado “Imaginação museal a serviço da cultura”. E

---

<sup>15</sup>Medida Provisória 752, 06 de dezembro de 1994, ver “Art. 6º”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7287.htm)>

em 16 de maio de 2003, inspirada por esses documentos, foi lançada, no Rio de Janeiro, a Política Nacional de Museus, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus.

O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossado em janeiro de 2003 estabeleceu novos marcos conceituais e práticos para o Ministério da Cultura (MinC), sob a gestão do Ministro Gilberto Gil, além de desenvolver um plano de implementação de políticas públicas sem precedentes na história do Brasil contemporâneo. Não há exagero quando se diz que, na atual gestão, o MinC foi recriado e refundado e passou a ter efetivamente estatura e envergadura de Ministério (JÚNIOR; CHAGAS, 2007, p. 21).

A cartilha da Política Nacional de Museus identifica sete Eixos Programáticos capazes de aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas dos quais o eixo de número 6 interessa diretamente a este trabalho:

1. Gestão e Configuração do Campo Museológico, com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus, o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus, a criação do Cadastro Nacional de Museus, o aperfeiçoamento de legislação concernente ao setor, a integração de diferentes instâncias governamentais envolvidas com a gestão de patrimônios culturais musealizados, a criação de polos museais regionalizados, a participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e na promoção de seus patrimônios culturais e o estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais, entre outras ações.

2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais, que comportava principalmente as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais, o estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a criação de programas destinados a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, além do apoio à realização de eventos multi-institucionais, à circulação de exposições museológicas, à publicação da produção intelectual específica dos museus e da museologia e às ações de democratização do acesso aos museus.

3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratava fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia; da ampliação da oferta de

cursos de graduação e pós-graduação, além de cursos técnicos e de oficinas de extensão; da inclusão de conteúdos e disciplinas referentes ao uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos dos ensinos fundamental e médio; da criação de polos de capacitação e de equipes volantes capazes de atuar em âmbito nacional; e do desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros, entre outras ações.

4. Informatização de Museus, destacando-se a criação de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos, ao estímulo de projetos para disponibilização de informações sobre museus em mídias eletrônicas e ao apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.

5. Modernização de Infraestruturas Museológicas, abrangendo a realização de obras de manutenção, adaptação, climatização e segurança de imóveis que abrigam acervos musealizados, bem como projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação. Também estavam previstos o estímulo à modernização e à produção de exposições, o incentivo a projetos de pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de conservação, documentação e comunicação.

6. Financiamento e Fomento para Museus, enfatizando a constituição de políticas de fomento e difusão da produção cultural e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; a criação de um Fundo de Amparo para o patrimônio cultural e os museus brasileiros; o desenvolvimento de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, à Capes e às Fundações de Amparo à Pesquisa; e o aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais, voltado para a criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos de comunidades indígenas, afrodescendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira, além do estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais e do apoio às instâncias

nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais, assim como às ações e dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória social de interesse local, regional ou nacional.

Após a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais, uma das suas primeiras ações foi a reformulação do programa de financiamento denominado Museu: Memória e Cidadania, que anteriormente atendia apenas aos museus federais, e passou a abranger todos os museus brasileiros a partir de 2004.

O processo democratizou e descentralizou o financiamento público da cultura (JÚNIOR; CHAGAS, 2007). Isso possibilitou a inúmeras instituições, na perspectiva de melhoramento dos espaços museológicos, modernizar suas estruturas, garantindo o processo de preservação da memória nacional sob a guarda dos museus.

O DEMU foi responsável juntamente com a plataforma *Museusbr* de mapear e registrar mais de duas mil instituições museais através do Cadastro Nacional de Museus, disponível atualmente, na página do IBRAM que, após a sua criação, incorporou o DEMU.

### 1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS COM VISTAS AO FOMENTO

A base legal das políticas públicas de cultura atuais advém dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que garantem a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais, devendo proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional<sup>16</sup>. É necessário investir na consolidação da ideia de que cultura é um direito fundamental do cidadão, a ser reconhecido e observado pelo Estado (AVELAR, 2014).

O Plano Nacional Setorial de Museus 2010-2020 enfatiza em seu eixo IV, que o poder público deve promover políticas públicas que reconheçam e assegurem a função social dos museus, que garantam o financiamento de um fundo setorial nos âmbitos federal, estadual, municipal, que incentivem a participação da iniciativa

---

<sup>16</sup>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ver “Art. 215 e 216”. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

privada no campo dos museus e que haja uma ampliação das políticas de editais da área de museus, adequando às diversidades regionais, possibilitando maior descentralização dos recursos.

Para Avelar (2014), políticas públicas são linhas de orientação que um governo estabelece para o trato de determinada matéria de interesse da sociedade, onde as prioridades dependem dos valores e da visão de mundo daqueles que ocupam os cargos de primeiro escalão de um governo, e também da capacidade de articulação dos setores organizados, conforme citado no início deste capítulo. O autor também destaca a diferença entre as políticas de governo, de caráter efêmero, delimitado a um horizonte de atuação de uma única gestão em contraponto a uma política de Estado, de caráter duradouro e de ação suprapartidária.

A seguir, nos subtópicos, temos os exemplos mais conhecidos de políticas públicas voltadas ao fomento, por onde geralmente, os museus de esfera federal se ancoram na tentativa de assegurar recursos.

### **1.3.1 Lei de Incentivo à Cultura**

A Lei 8.313/1991, popularmente conhecida como Lei Rouanet por ter sido promulgada durante a gestão do então secretário da cultura Sérgio Paulo Rouanet, se deu ainda no período do governo Collor.

Por um lado, significou a tentativa de alguns intelectuais, entre eles o então Secretário da Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, de fomentar a cultura, uma área extremamente debilitada em decorrência da execução de medidas severas de cortes de gastos e de fechamento de importantes instituições federais. Por outro lado, a criação da Lei Rouanet expressou a afirmação de uma tendência dominante no âmbito do Governo Federal de redirecionamento para o mercado do financiamento à cultura do país (ABREU, 2010, p. 179).

Segundo o IBRAM, a Lei 8.313/91 é a principal ferramenta de fomento à cultura no Brasil e consiste em Renúncia Fiscal. É prevista na apresentação de projetos a patrocinadores que poderão deduzir os recursos efetivamente aplicados do seu Imposto de Renda. Para tanto, o projeto deverá ser apresentado e cadastrado na plataforma *Salic* na página da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e passar pela avaliação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC. Após ser analisado e aprovado, o projeto será autorizado a captar

os recursos para sua execução. O projeto deve ser detalhado e possuir uma previsão fundamentada de todos os custos.

Atualmente, com a extinção do Ministério da Cultura, a Lei de Incentivo à Cultura passou por reformulações, as quais a principal mudança se deu na redução do valor máximo permitido por projeto e por conjunto de projetos.

Sendo assim, o valor máximo autorizado para um projeto, que era de R\$ 60 milhões, caiu para R\$ 1 milhão, uma redução de 98% segundo o Ministério da Cidadania. No caso das Carteiras – que são o conjunto de projetos apresentados por uma empresa ou por um grupo de empresas com sócio em comum – o teto passou de R\$ 60 milhões para R\$ 10 milhões, uma queda de 83%<sup>17</sup>.

No entanto, há uma exceção para que projetos de alguns órgãos e entidades não tenham limite de teto máximo de captação, estando as instituições museológicas inclusas nesta exceção. Isso significa que também o Museu da UFPA, mesmo sendo vinculado ao MEC, pode ter um projeto aprovado dentro das regras em vigência.

Dados atuais do Ministério da Cidadania informam que a Lei Rouanet já injetou R\$ 49,78 bilhões de reais na economia brasileira. A taxa de retorno é de R\$ 1,59 para cada R\$ 1,00 investido.

Junto com a Lei de Incentivo à Cultura em 1991 foi criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que segundo Abreu (2010) se tornou o principal mecanismo de financiamento à cultura do governo federal através do Fundo Nacional de Cultura – FNC.

### **1.3.2 Mecenato**

O mecenato é originariamente uma prática de estímulo à produção cultural e artística, que consiste no financiamento de artistas e de suas obras. Além disso, os artistas passavam a viver exclusivamente desse incentivo, ganhando ainda proteção política e prestígio social. Segundo Abreu (2010), pode-se dizer que o mecenato está ligado à filantropia, a uma ideia de doação generosa sem contrapartida, ou seja, sem a lei do retorno, uma mentalidade centrada na responsabilidade cultural e social e no entendimento do papel de protagonista que a iniciativa privada pode ter no

---

<sup>17</sup>Disponível em: <<http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>>

sentido de intervir para a melhoria das condições de produção, difusão e acesso à cultura.

Um desafio e uma conquista fundamentais para a consolidação da Política Nacional de Museus foi a criação de instrumentos de fomento e financiamento diversificados com critérios públicos de seleção de projetos. Foi nesse sentido que o MinC e demais órgãos federais estabeleceram políticas de financiamento e fomento a museus, via Fundo Nacional de Cultura, Mecenato e Editais como os de Modernização de Museus (IPHAN/MinC), Adoção de Entidades Culturais (CEF), Preservação de Acervos (BNDES) e Apoio à Cultura-Patrimônio (Petrobras) (JÚNIOR; CHAGAS, 2007, p. 31).

A palavra deriva de Caius Mecenas, político romano, ministro e conselheiro do Imperador Otávio Augusto. Mecenas era um membro da classe dos cavaleiros e um rico cidadão romano que foi incumbido pelo imperador a financiar a produção artística e literária de vários nomes de vulto da cultura romana, como os poetas Virgílio, Horácio e Ovídio, bem como o historiador Tito Lívio. Entendem-se por mecenas, aqueles empresários ou pessoas com alto poder aquisitivo que fazem doações a fundo perdido para a cultura e as artes em geral (ABREU, 2010). Nomes como Guggenheim, Whitney, Rockefeller e Ford investiram fortunas no incentivo cultural nos Estados Unidos, criando fundações que existem até os dias atuais.

Além de incentivar a produção cultural, o mecenato tem também um objetivo de dar projeção política aos que destinam recursos financeiros para as produções culturais. O poder econômico seria trabalhado de forma articulada com o incentivo cultural, dando projeção social ao mecenas, o que garante ainda que seu nome seja ligado durante muito tempo às belas obras de arte produzidas.

### **1.3.3 Emenda Parlamentar**

As emendas feitas ao Orçamento Geral da União, denominada de Lei Orçamentária Anual (LOA) – enviada pelo poder Executivo ao Legislativo no Congresso anualmente – são propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante o seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto às instituições. Tais emendas podem acrescentar,

suprimir ou modificar determinados itens do projeto de lei orçamentária enviado pelo poder Executivo<sup>18</sup>.

São quatro tipos de emendas que podem ser feitas ao orçamento: individual, de bancada – emendas coletivas de autoria das bancadas estaduais ou regionais -, de comissão – apresentadas pelas comissões técnicas da Câmara ou do Senado – e de relatoria – feitas pelo deputado ou senador escolhido para produzir o relatório geral sobre o Orçamento.

As emendas são classificadas como:

- ✓ Emendas de Apropriação: Visam acrescentar despesas para a realização de um projeto (ou um conjunto de projetos);
- ✓ Emendas para Remanejamento: Este tipo de emenda busca propor novos projetos utilizando os recursos de um projeto já previsto anteriormente;
- ✓ Emenda de Cancelamento: suprime alguma despesa prevista.

Todas as emendas precisam passar pela análise da Comissão Mista de Orçamento para serem aprovadas. Também é necessário apresentar um projeto detalhado que justifique o uso dos recursos.

Até o ano de 2015, as emendas parlamentares eram executadas livremente pelo governo federal. Ou seja, os parlamentares as propunham, mas o governo definia se os recursos para as emendas seriam liberados e caso a resposta fosse positiva, quando seriam. Foi então que surgiu a Emenda Constitucional nº 86<sup>19</sup>, aprovada em março de 2015, conhecida como PEC do Orçamento Impositivo, que estabeleceu um valor mínimo vindo de emendas parlamentares que devem, obrigatoriamente, ser executadas no ano seguinte.

Conforme determina o § 9º do art. 166 da Constituição Federal incluído pela Emenda Constitucional 86, as emendas individuais inseridas pelos parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da Receita Corrente Líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que 0,6% ou seja, metade deste valor deve ser destinado pelos parlamentares a ações e serviços públicos de saúde.

---

<sup>18</sup>Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento>>

<sup>19</sup>Emenda Constitucional nº 86, 17 de março de 2015, torna obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm)>

## 1.4 ECONOMIA DE MUSEUS

Os subtópicos acima destacaram os principais mecanismos de fomento no âmbito de uma política cultural de Estado atualmente existente no Brasil e, neste tópico entrelaço uma perspectiva acerca da “economia de museus” (NASCIMENTO JUNIOR, 2010). Nestas veredas, os autores desta publicação citada e organizada por Nascimento Junior (2010), indicam o caminho de “culturalizar a economia”, pois essa perspectiva segundo tal autor associa o viés econômico e do fomento a “uma política cultural que crie condições de sustentabilidade social” (NASCIMENTO JUNIOR, 2010, p. 9). Outra questão aberta nesta publicação refere-se ao tema do consumo cultural e a indústria cultural, pois na perspectiva antropológica de cultura, todo consumo é culturalmente construído e estão relacionados as práticas de sociabilidade nas sociedades contemporâneas e pós-industriais.

Pelo viés crítico reflexivo da museologia, pensa-se no campo patrimonial e dos museus visto numa perspectiva sociocultural e não como mero “suporte de uma ação turística, sem levar em conta as questões relativas aos bens simbólicos e às representações sociais intrínsecas a essas instituições” (NASCIMENTO JUNIOR, 2010, p. 10).

Em síntese a dimensão econômica atrelada às funções e as atividades dos museus na sociedade, ou mesmo sua importância na formação continuada e integral do indivíduo, segundo Ana Carla Reis (2010, p. 115-139) os associa aos fluxos que a economia trabalha associando aos fluxos da produção cultural, da distribuição, e da fruição ou demanda.

Reis (2014) refere-se ao Brasil que somente destaca a questão da produção cultural, entretanto se faz necessário observar estes fluxos associados aos temas complementares e interagentes, sendo eles voltados ao papel dos museus e mercado de arte como intermediários simbólicos: *museus como agentes econômicos*, que desempenham multiplicidade de papéis, sendo em termos potenciais, polo de tração turística, capacitador de mão de obra, um agente de desenvolvimento urbano, vendedor de produtos e serviços, comprador de bens e serviços, empregador; *museu como vivência*, relacionado ao cotidiano de sua população ou sociedade onde está inserido; *museu como forma*, estabelece a predominância da arquitetura ao conteúdo que o museu abriga; *museu como*

*marca*, que inventa ou produz a difusão da imagem de um bairro ou de uma cidade ou de um país.

Em termos gerais a economia da cultura aplicada especificamente aos museus, aponta que os orçamentos voltados a estas instituições devem ser vistos como investimentos, e não como despesas. Assim como, as possíveis parcerias público-privado são questões essenciais para manter a sustentabilidade destas instituições, neste sentido tem-se criado no Brasil novos modelos de organizações jurídicas e de gestão (REIS, 2014).

### 1.4.1 Economia Criativa

Pensar em políticas públicas para a economia da cultura é entender o conjunto institucional de medidas e instrumentos de regulação que respeitem a interdependência entre a indústria e os setores de comércio e serviços na cadeia criativa (FREITAS *et al*, 2018, p. 14).

Para Deheinzelin (2008), a Economia Criativa, por sua multidimensionalidade, é um fator de integração de setores e dimensões da sociedade. Essa integração é fundamental para que mudanças realmente profundas possam ser efetuadas e para obter maior eficiência. O desperdício de recursos, tempo e credibilidade causado pela falta de atuação articulada é um dos fatores mais nefastos na condução de processos de desenvolvimento.

A importância da cultura na economia, frequentemente apresentada como uma descoberta recente, não é, na realidade, muito mais do que uma constatação. É fato que a Cultura como setor econômico vem crescendo vertiginosamente, no entanto, a relação entre Cultura e Desenvolvimento é algo bem mais amplo (MACHADO, 2008, p. 72).

Belém apresenta potencial para se tornar a metrópole mais criativa da Amazônia. A articulação entre Criatividade e Diversidade Cultural, sobretudo no que se refere à cultura e conhecimentos considerados tradicionais, é essencial para a viabilidade dessa visão estratégica. (SANTOS, 2016, p. 19). É nessa linha de pensamento que, o Museu da UFPA é palco de um evento mensal, que ocorre desde março de 2016 e que, em tese, deveria retratar um exemplo de economia criativa voltada ao MUFPA, até mesmo pela sua dinâmica. Trata-se da Feirinha, que acontece no jardim do museu. Sob a chefia de uma associada do MUFPA, o evento

reúne expositores de moda, artesanato, comidas típicas e atrações musicais. No segundo e terceiro capítulos, adentrarei novamente nesta questão.

#### **1.4.2 Economia da Cultura**

Segundo José Nascimento Júnior (2010), pode-se dizer, de uma forma geral, que a atividade do museu, como qualquer tipo de empreendimento econômico, compreende: 1) um conjunto de *inputs* que envolve uma miríade de fatores que, combinados, tornam possível a existência de um museu; 2) o processo produtivo em si, que envolve questões relacionadas aos recursos tecnológicos os quais podem e devem ser acessados pelo museu como forma de promoverem a dinamização da sua coleção, tendo em vista os diferentes públicos desse tipo de equipamento cultural; 3) os produtos/serviços que resultam de tudo que foi processado pelo museu e que representam as suas atividades fins; 4) os efeitos que esses produtos/serviços produziram no seu público consumidor (os visitantes) e, de forma indireta no seu entorno.

O MUFPA funciona o ano todo e só fecha ao público às segundas-feiras. Dito isto, se pode afirmar que acontecem eventos, oficinas, atividades, etc., durante todo o ano e que há uma programação com datas definidas para execução de cronograma.

As características do campo cultural e sua alta heterogeneidade trazem imensos desafios às políticas de fomento e financiamento à cultura. O campo é constituído de práticas variadas [...] além de ter um tempo de produção que pode ter longa duração (PAIVA, 2016, p 23).

O museu não cobra ingresso por ser vinculado a uma universidade pública, então já se tem menos uma fonte de renda para a manutenção, por mais que a cobrança não garantisse um alto valor de arrecadação mensal. A análise, no terceiro capítulo desta monografia, sobre o cronograma de eventos e programa institucional do museu fará apontamentos acerca das limitações econômicas, levando em conta a instabilidade trazida pela burocracia das fontes de fomento e considerando o orçamento anual repassado da universidade ao museu.

## 1.5 A ABRAM E OS RISCOS DA PRIVATIZAÇÃO

A Medida Provisória nº 850, de 2018 de autoria do ex-presidente da república Michel Temer, autorizava o Poder Executivo Federal a instituir a Agência Brasileira de Museus – ABRAM, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, estabelecendo seus objetivos, competências, receitas e estrutura. O texto estabelecia que a Abram firmasse um contrato de gestão com o Poder Executivo para execução de suas finalidades, podendo administrar as instituições museológicas. Deixaria na época para o Ministério da Cultura – se aprovada, hoje ficaria para o Ministério da Cidadania – a competência de supervisionar a sua gestão e para o Tribunal de Contas da União a competência de fiscalizar a execução do contrato de gestão. Com isso, se extinguiria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. À ABRAM seria atribuída a responsabilidade de reconstruir o Museu Nacional, destruído em 02 de setembro de 2018, permitindo a colaboração do Ministério da Educação para atos urgentes e necessários à restauração de seu patrimônio. Estabeleceria ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE a obrigação de remanejar, transpor ou transferir para a ABRAM as dotações orçamentárias aprovadas no seu orçamento referente ao exercício financeiro no qual a Abram viesse a ser instituída, como explicita Alexandre Barbalho:

O governo Temer, diante da crise política generalizada, procurou estruturar-se, entre outros meios, pela implementação de uma pauta reformista de viés liberal, em vez de criar condições para um papel mais ativo do Estado. Trata-se, portanto, de outro projeto político que se contrapõe àquele vigente nos governos Lula e Dilma pautado pelo neodesenvolvimentismo com participação estatal (BARBALHO, 2018, p 240).

A extinção do Instituto Brasileiro de Museus e a aprovação da Agência Brasileira de Museus basicamente entregariam os museus públicos do país à iniciativa privada, cabendo a esta decidir sobre o orçamento que seria destinado para a ABRAM, colocando em um risco maior ainda, a manutenção dos museus públicos que em suma, já estão bastante sucateados.

No dia 14 de fevereiro de 2019, a MP 850 foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, sendo então encaminhada para arquivamento, garantindo assim a permanência do Instituto Brasileiro de Museus como autarquia pública, hoje

vinculada ao Ministério da Cidadania. Nestes termos, destaco como elementos dos fluxos voltados aos museus associados:

dois grandes grupos de fontes de recursos que compõem o orçamento dos museus: a) aquele oriundo do repasse direto pela entidade mantenedora ou disponibilizado do orçamento público (federal, estadual ou municipal); e b) aquele relacionado com a capacidade dos museus em prospectarem recursos para fora dos limites do 'orçamento anual', cooptando novos apoiadores a seus projetos com vistas a garantir a manutenção de suas atividades (NASCIMENTO JÚNIOR, 2010, p. 221).

Conforme o exposto, o próximo capítulo apresentará o Museu da UFPA, juntamente com suas ações em relação a captação de recursos e fomento através dos meios de financiamento, considerando o seu plano institucional e observando o seu calendário de atividades e projetos futuros.

## **2. O MUSEU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ COMO CAMPO DE ESTUDO: PROGRAMA INSTITUCIONAL DO MUFPA**

O Museu da UFPA – MUFPA, é uma instituição vinculada à Universidade Federal do Pará e conseqüentemente ao Ministério da Educação. Fundado em 25 de abril de 1983, em cumprimento à Resolução nº 544 de mesma data e, legalmente criado pela Portaria nº 874 de 08 de junho de 1983, foi o primeiro museu federal voltado para a difusão das artes visuais da Amazônia e está situado no Palacete Augusto Montenegro, que antes abrigou a Reitoria da UFPA – 1965 a 1983 – na esquina das Avenidas Governador José Malcher com Generalíssimo Deodoro, no bairro de Nazaré em Belém. Desde o ano de 1984 o palacete passou a abrigar o Museu Universitário, na gestão do reitor Daniel Queima Coelho de Souza (BRITTO, 2014, p. 234). Segundo sua própria página na internet, o MUFPA foi criado para identificar, difundir, preservar e valorizar a produção artística regional e nacional.

A aquisição do edifício sede do Museu da UFPA foi feita em 1962 pela Universidade Federal do Pará (UFPA), na administração de José da Silveira Netto e nele funcionou a Reitoria até o início da década de 80. Em 1893, foi finalmente instituído o Museu (MUFPA), e a sua primeira exposição ocorreu após dois anos dessa data (PDU/MUFPA, 2017).

As atividades do Museu foram estabelecidas em Regulamento, aprovado pela Resolução nº 1.230 de 02 de maio de 1985 e, atualmente, pela Resolução nº 662 de 31 de março de 2009, que instituiu seu Regimento Interno. Trata-se de um prédio de alto valor histórico e arquitetônico, tombado pelo patrimônio público estadual em 13 de dezembro de 2002 através da Lei nº 5.629<sup>20</sup> da Secretaria de Estado de Cultura, a pedido da UFPA, demonstrando o compromisso da instituição com a preservação da memória regional (PDU/MUFPA, 2017).

Além das salas expositivas no edifício sede, o MUFPA também conta com uma biblioteca situada no que antes fora o porão da casa e também com um edifício externo de dois pavimentos onde funcionam a reserva técnica, arquivo, sala de documentação e administração, possuindo um museólogo, uma técnica em restauração, uma bibliotecária e um fotógrafo para atuarem nas atividades concernentes à museologia no museu. Quanto à administração, o MUFPA conta

---

<sup>20</sup>Lei Estadual Nº 5.629, de 20 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/arquivos/lei5629\\_1990\\_36244.pdf](http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/arquivos/lei5629_1990_36244.pdf)>

com um corpo de técnicos administrativos chefiados por Jussara Derenji, diretora nomeada<sup>21</sup> em 2003 que ocupa o cargo até então.

Segundo Britto (2014, p. 251), o MUFPA, na perspectiva do campo museológico, é considerado um museu tradicional, por estar relacionando, prioritariamente, a três elementos: o Edifício (casa-Palacete), espaço arquitetônico que se configura como um cenário museológico; a Coleção que está sob a guarda da instituição; e o Público, os sujeitos-visitantes.



Figura 1 – Palacete Augusto Montenegro, prédio sede do Museu da UFPA.

Fotografia: Vitor Xavier.

Para o IBRAM, o Programa Institucional, segundo a estrutura proposta pelo Decreto n° 8124/2013, abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes. Nele são definidos os objetivos que traduzem o planejamento em ações que abrangem os demais programas do museu e norteiam suas ações específicas. O Plano Institucional de um museu está previsto nas recomendações do Plano Museológico.

<sup>21</sup>Empossada pela Portaria n° 1101, da Reitoria em 02 de maio de 2003.

Contudo, obstáculos são superados diariamente, ainda que outros precisem de solução [...]. Espera-se, assim, que o Plano Museológico e seus programas se tornem indutores da consolidação, da inovação, da criatividade e da melhoria contínua do planejamento da instituição como um todo (COORDENADORIA ADMINISTRATIVA/MUFPA, 2018).

O Plano Museológico do Museu da UFPA, foi iniciado em 2014 coordenado pela professora Rosângela Britto e ainda está em fase de conclusão. E enquanto o PM do MUFPA não é finalizado e implementado, o Plano de Desenvolvimento da Unidade<sup>22</sup> continua sendo o pilar essencial para o melhoramento do processo de gestão, como uma ferramenta de implementação da estratégia institucional, que permite à diretora do museu e sua equipe administrativa, tomadas de decisões que visem alcançar todas as metas planejadas ou o máximo possível delas, levando em consideração as ações do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA<sup>23</sup> que engloba do plano de desenvolvimento do museu, que é considerado um órgão suplementar pela universidade.

Como mostra o documento, o PDU atual do Museu está pautado na ferramenta de Análise SWOT, que, segundo Chiavenato & Sapiro (2003), tem a função de cruzar as oportunidades e as ameaças externas à organização com seus pontos fortes e fracos (apud CARLOS, 2015, p. 1). Além desses objetivos, o MUFPA almeja maior integração entre as unidades de acervo, projetos culturais e administração através da tabela descrita a seguir:

---

<sup>22</sup>PDU MUFPA – 2017-2020.

<sup>23</sup>PDI – 2016-2025. Disponível em: <<http://pdi.ufpa.br/>>.

<b>PROGRAMA INSTITUCIONAL</b>		
<p><b>Gestão Técnica</b></p> <p>Disponibilização de materiais de pesquisa e de divulgação em diferentes linguagens.</p>	<p><b>Gestão Administrativa</b></p> <p>Obtenção e gerenciamento de recursos físicos e humanos para o desempenho de ações que promovam o acesso e a inclusão.</p>	<p><b>Gestão de Relações Institucionais</b></p> <p>Estabelecimento de parcerias com entidades ligadas à inclusão sociocultural e artística da região.</p>
<p><b>Exposição</b></p> <p>Realização de exposições que disponibilizem acesso à pessoas estrangeiras e com deficiência (PcD)</p>	<p><b>Educativo</b></p> <p>Elaboração de materiais em outras línguas e em áudio descrição a serem utilizados nas ações educativas e eventos do MUFPA</p>	<p><b>Gestão de Pessoas</b></p> <p>Contratação de profissionais intérpretes e outros especializados na área museológica.</p>
<p><b>Financiamento e Fomento</b></p> <p>Disponibilização orçamentaria para confecção de materiais e contratações de pessoal especializado.</p>		<p><b>Comunicação</b></p> <p>Divulgação para entidades que promovam a inclusão sociocultural e artística (universidades, hotéis, etc.)</p>

Tabela 1 – Programa Institucional do MUFPA

Fonte: PDU / MUFPA – 2017-2020.

Segundo a Coordenadoria Administrativa<sup>24</sup>, ainda se faz necessária a elaboração de um Plano de Promoção Institucional, junto à Coordenadoria Cultural do Museu, para criar estratégias de comunicação integradas voltadas à divulgação e conquista de público.

<sup>24</sup>Informações obtidas através de entrevistas com a equipe administrativa do museu.

## 2.1 INFRAESTRUTURA, ACERVO E BIBLIOTECA

O Palacete onde o Museu da UFPA está situado é de arquitetura eclética. Construído entre os anos 1903 e 1904, na época do ciclo da borracha, a pedido do governador Augusto Montenegro, de quem adquiriu o nome pelo qual se tornou conhecido, o edifício foi projetado pelo engenheiro italiano Filinto Santoro. O jardim fora incorporado ao Palacete a partir dos anos 1948 a 1950. Na época, a família que ocupava o prédio comprou seis residências que eram situadas na avenida Generalíssimo Deodoro e as demoliu para construir um jardim no estilo neoclássico. Desde a sua gênese até os dias atuais, o MUFPA sofreu alterações em sua infraestrutura que visaram adequações às suas necessidades enquanto museu:

Quanto à ocupação do prédio principal do Palacete, no Porão funciona a Biblioteca do MUFPA (hall e sala de consulta), sala de multiuso, geralmente utilizada para oficinas de artes e aulas dos professores da UFPA que agendam antecipadamente, atividades associadas às visitas das exposições, o elevador e banheiro para portadores de necessidades especiais. As áreas de acesso restrito, somente para funcionários e pessoas autorizadas, são: a Reserva Técnica da Coleção Vicente Salles, guarda dos livros e periódicos e as áreas de processamento técnico da biblioteca; sala do Setor de Fotografia e um pequeno laboratório de revelação P&B, almoxarifado, copa e banheiro de serviço, e a saleta da segurança. Nos outros pavimentos, no primeiro e segundo andares funcionam as salas de exposições – a Sala da Memória (exposição permanente) no primeiro piso, as de exposições temporárias, o auditório e a escada de acesso ao segundo andar. No segundo andar, além das salas de exposições temporárias, há o ambiente utilizado como sala de apoio aos educadores (BRITTO, 2014, p. 238-239).

Atualmente, além do palacete e o jardim que também já sofreu modificações, o museu possui em seu terreno, um prédio anexo inaugurado em 2009, onde estão situadas a administração e a reserva técnica.

[...] no térreo funcionam as áreas técnicas: Documentação Museológica, Conservação de Acervos e Guarda das coleções não expostas, na Reserva Técnica de Artes Visuais. No primeiro andar funciona a área administrativa. A outra edificação tem os banheiros de serviço e [...] a área de Acervo Fotográfico da instituição. O ambiente que integra os dois prédios é o Jardim de Esculturas [...] (BRITTO, 2014, p. 239).

Vale ressaltar que, recentemente, uma das salas dentro do palacete foi adaptada para se tornar um espaço para as atividades de restauração, tendo em vista tal necessidade. Considerando tais modificações, ainda segundo o

PDU/MUFPA, o prédio sede ficou reservado para atividades museológicas, de pesquisa e extensão, mas ainda é preciso ampliar a Biblioteca e a Reserva Técnica de Artes Visuais, tornando a mesma “visitável”, e também o estacionamento, que, até então, aloca até três veículos.

A tabela a seguir, apresenta as dimensões de alguns compartimentos do Museu, estando cinco no Palacete e um no Prédio Anexo:

<b>INSTALAÇÕES INTERNAS DE ALGUNS COMPARTIMENTOS DO MUFPA</b>	
Salas de Exposição (2º pavimento)	<b>25,20m<sup>2</sup></b>
	<b>25,01m<sup>2</sup></b>
	<b>28,15m<sup>2</sup></b>
	<b>10,10m<sup>2</sup></b>
Salas de Exposição (1º pavimento)	<b>14,79m<sup>2</sup></b>
	<b>50,44m<sup>2</sup></b>
	<b>50,44m<sup>2</sup></b>
	<b>38,55m<sup>2</sup></b>
Sala de Multimídia (1º pavimento)	<b>30,10m<sup>2</sup></b>
Sala de Multiuso (térreo)	<b>50,44m<sup>2</sup></b>
Biblioteca (térreo)	<b>136,53m<sup>2</sup></b>
Prédio da Administração – Anexo (2º pavimento)	<b>81,05m<sup>2</sup></b>

Tabela 2 – Instalações de alguns Compartimentos do MUFPA.

Fonte: PDU / MUFPA – 2017-2020.

Para a coordenação administrativa, a adaptação das instalações para o uso museológico transformou o MUFPA em campo de estudo e aprendizado, adequando-se ao perfil de um museu universitário. E sua pluralidade incluiu o acesso de pessoas com deficiência ao prédio, através de uma rampa adequada, a edificação de banheiros adaptados a este público e o acesso a todos os pavimentos

do palacete através do elevador, instalado sem prejuízos à estrutura e características do prédio sede.

Em 2004, começaram as obras de restauro e readequação [...]. Essas obras terminaram em 2007, quando se começou a construir o anexo, permitindo que a administração pudesse transferir-se para ele, e o Museu recebesse a sua primeira reserva técnica [...]. O prédio sede ficou, a partir daí, reservado para atividades museológicas, de pesquisa e de extensão (PDU/MUFPA, 2017).

O MUFPA é um museu universitário e também é considerado um museu de arte, devido à grande quantidade de obras de artes visuais em seu acervo. Possui acervos de tipologias diversas, documentais e de artes, onde se incluem as artes plásticas em suas diversas manifestações, pintura, desenho, gravura, instalações, objetos, escultura e fotografia (PDU/MUFPA, 2017).

O acervo documental e bibliográfico foi constituído, até o ano de 2010, basicamente pela Coleção Vicente Salles, voltado a cultura popular, dança, teatro e presença do negro na Amazônia, formando um verdadeiro panorama da vida cotidiana no Norte, entre o final do século XIX e meados do século XX.

Dentre os acervos há os livros voltados à área de artes/artes visuais, mas o destaque é a Coleção Vicente Salles, adquirida pela UFPA em 1993. É composta por um acervo de livros, periódicos, discos, recortes de revistas e jornais, partituras, cartões-postais, fotografias, cartazes, programas de eventos, fitas de rolo, correspondências e artesanatos reunidos pelo pesquisador Vicente Salles (1931-2013), ao longo de 40 anos de trabalho (BRITTO, 2014, p. 251).

Hoje, a Coleção Vicente Salles conta com aproximadamente 7.000 títulos transferidos ao MUFPA (BRITTO, 2014, p. 252). Em 2010, a Universidade também recebeu a Coleção do poeta Max Martins, com seus textos e diários ilustrados. Ambos estão disponibilizados na Biblioteca do Museu.

Segundo a página eletrônica do MUFPA, a Biblioteca coloca à disposição do público, coleções de livros, periódicos, partituras, recortes de jornais e materiais especiais, como discos, fitas, fotografias, em grande parte produzidos ou versando sobre a Amazônia e reúne uma significativa coleção sobre artes visuais.

A primeira coleção de Artes Visuais foi formada pelo acervo pessoal da artista portuguesa, radicada em Belém, Carmen Sousa. O edifício recebeu obras de grande valor artístico-cultural, desde quando ainda sediava a Reitoria, que passaram a

constituir mais bens integrados ao prédio, como por exemplo, *La Sirene*, escultura de Dennis Puech, a tela *Belém* de Leon Righini e *Heróis do rio Formozo*, de Theodoro Braga.

Outra coleção significativa deste contexto é a Coleção Carmem Souza (1908-1950), composta por documentos pessoais, 36 esculturas, 18 pinturas e 71 desenhos adquiridos em 1971, da irmã da artista, Helena Sousa. [...] A coleção de Artes Visuais formou-se por meio de uma política de aquisição por doação dos artistas ou por compra pela universidade ou pela Associação de Amigos do MUFPA, esta criada em 2004 (BRITTO, 2014, p. 252).

Coleções oriundas das antigas Faculdades de Direito, Medicina e Farmácia passaram a incorporar o acervo do MUFPA no início do século XXI. Muitas doações foram realizadas durante os últimos anos, por artistas, por herdeiros e também através de prêmios institucionais ou pelas próprias instituições culturais, e segundo Britto (2014, p. 252), isso definiu um perfil museológico para instituição, voltado às Artes Visuais, e seus acervos foram classificados inicialmente em duas coleções, intituladas de Artista Professor e Arte Paraense.

Há o Acervo de Fotografia que reúne grande parte da memória fotográfica da instituição e da Universidade. A Coleção de Cartuns teve início em 1997 e foi formada pela doação de material pelos cartunistas paraenses contemporâneos. São mais de 2.800 cartuns, charges e caricaturas, além de recortes de jornais, periódicos e livros sob o tema.

Assim sendo, considerando todos os acervos adquiridos, hoje o MUFPA conta com mais de 6.600 peças e, segundo a coordenadoria administrativa, o acervo de artes visuais é constituído em pelo menos 90% de doações, feitas por artistas, curadores, famílias, Associação de Amigos e editais.

## 2.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Segundo o atual Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA, o Museu está enquadrado como um Órgão Suplementar responsável pela conservação, manutenção e difusão dos acervos de arte da UFPA, ficando a cargo desta unidade, a realização de eventos culturais, de exposições e disponibilização de material de pesquisa em artes visuais e fotografia através da biblioteca.

Os Órgãos Suplementares da UFPA são unidades de natureza técnica, voltadas ao desenvolvimento de serviços especiais, com estrutura administrativa própria, podendo colaborar em programas de pesquisa, de extensão e de qualificação profissional das unidades acadêmicas. Na estrutura universitária, os órgãos suplementares existem também como instrumentos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão e atuam dando suporte às atividades acadêmicas regulares (PDI/UFPA, 2016, p. 117).

O MUFPA possui uma administração própria para gerir a instituição, tal estrutura é composta diretamente por onze servidores, desde a direção, que está a cargo da Professora Jussara da Silveira Derenji, aos demais cargos técnico-administrativos. O setor administrativo do museu conta com três servidores efetivos e dois contratados. Merece destaque o fato de o MUFPA possuir dentro do seu quadro funcional, um museólogo e uma restauradora, nomeados através de concurso público, depois de um período de aproximadamente dez anos de solicitações de profissionais feitas pelo museu. Ambos são de grande importância para o funcionamento da instituição. O PDU/MUFPA afirma que, além da Diretoria, o órgão suplementar conta com quatro coordenadorias e seus setores vinculados com funções específicas, uma secretaria executiva e setor de Arte e Educação.

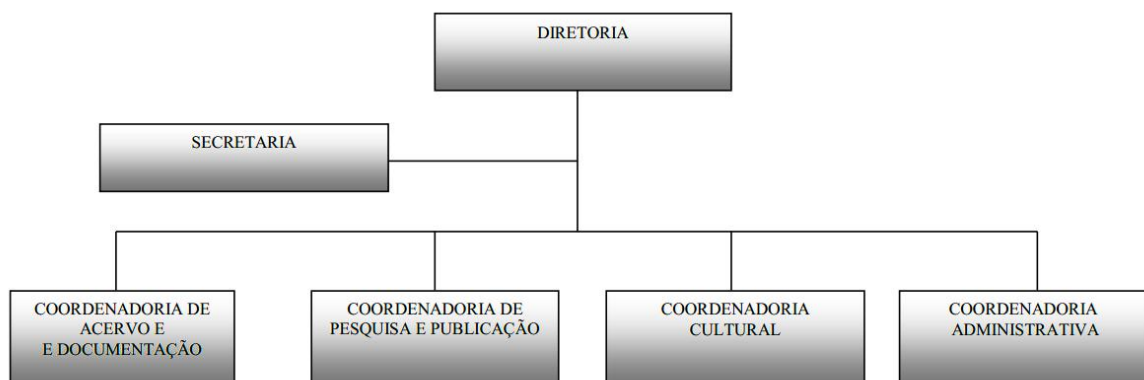


Figura 2 – Organograma do Museu da UFPA.

Fonte: PDU / MUFPA – 2017-2020.

Segundo o PI do MUFPA, este se organiza sobre um tripé conceitual que envolve Preservação, Pesquisa e Comunicação para a construção e o fortalecimento da imagem e dos relacionamentos estratégicos do museu enquanto instituição, considerando sua missão, visão e valores.

MISSÃO	VISÃO	VALORES
<p>Conservar, manter e difundir os seus acervos de arte, fazendo deles instrumentos de pesquisa e divulgação da cultura regional.</p>	<p>Ser referência nacional em gestão de museus de arte universitários.</p>	<p>Ética em Museus, Multiplicidade de culturas, Inclusão social, Inovação, Responsabilidade socioambiental.</p>

Tabela 3 – Missão, Visão e Valores do MUFPA.

Fonte: PDU/UFPA

Pode ser interessante a construção de projetos no âmbito da gestão administrativa voltados à aquisição de materiais específicos para finalidades museais, bem como a adequação do quadro técnico do MUFPA, incluindo a capacitação de servidores, estagiários e terceiros para atuação no órgão; à ampliação da reserva técnica e do estacionamento; à elaboração do inventário físico e eletrônico dos acervos para posterior divulgação e pesquisa; e ao estabelecimento de um Plano de Promoção do MUFPA, objetivando a inserção do MUFPA em roteiros variados, por meio de estratégias de comunicação integradas e mais direcionadas ao público-alvo do órgão (COORDENADORIA ADMINISTRATIVA/MUFPA, 2018).

Já que o MUFPA é um órgão suplementar da UFPA, sua administração tem autonomia para elaborar e colocar em prática o seu Regimento Interno, designando cada setor e o corpo técnico nele presente, para as funções específicas as quais foram lotados, devendo executar um programa interno de gestão de pessoas que vise o bem-estar dos profissionais e a eficiência do serviço no Museu. Todas estas ações administrativas devem entrar em consonância e estar previstas no Plano Museológico – ainda em fase de produção – da instituição.

### 2.2.1 Programa de Financiamento e Fomento

Segundo o IBRAM, o Programa de Financiamento e Fomento<sup>25</sup> abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos dentro do museu. O programa tem por objetivo identificar estratégias de captação de recursos para implementação das ações apontadas nos demais

<sup>25</sup>Fomento: Ação que visa a facilitar o desenvolvimento de um país, de uma região ou de um setor econômico.

programas do Plano Museológico, recursos esses oriundos de diversas fontes, tais quais: orçamento próprio, patrocínio, convênio, parcerias e leis de incentivo, entendendo-se o financiamento enquanto recurso captado, adquirido com as ações de fomento.

O museu é uma instituição sem fins lucrativos<sup>26</sup> e por isso não gera orçamento capaz de suprir totalmente suas despesas. Mesmo um museu privado, necessita de patrocínio. Deste modo, mesmo que o MUFPA tenha uma gestão administrativa própria, o orçamento é dependente da Universidade, que, por tratá-lo como órgão suplementar ligado à Reitoria, estipula um único valor a ser disponibilizado para o ano todo, via Plano Anual de Gestão Orçamentária (PGO). O valor não supre as necessidades enfrentadas pelo museu e não é suficiente para manter todas as atividades, o fazendo recorrer a outros métodos para captar recursos.

Considerando o desafio que as instituições museológicas enfrentam quanto ao fomento, a dotação financeira determinada ao MUFPA, muitas vezes, não consegue manter sustentavelmente todas as atividades (COORDENADORIA ADMINISTRATIVA/MUFPA, 2018).

O recurso recebido é de R\$ 122.508,00<sup>27</sup> (cento e vinte e dois mil quinhentos e oito reais), mas ainda insuficiente para atender aos gastos necessários, apesar de o valor atual representar um aumento de 40% a partir de 2017 (COORDENADORIA ADMINISTRATIVA, 2018). As despesas com eventos expositivos, sejam de curta ou longa duração, são altas e necessitam de boa qualidade na hora de serem apresentadas ao público visitante.

<b>ORÇAMENTO DO MUFPA (CUSTEIO E CAPITAL) – QUATRO ÚLTIMOS ANOS</b>				
Exercício	Programa	Indicador	Meta	Valor/Custeio
2015	Atividades Expositivas	Funcionamento/ Eficácia de Exposições	Realização de Eventos Culturais: 100%	<b>R\$ 82.508,00</b>
2016				<b>R\$ 96.257,00</b>
2017				<b>R\$ 122.508,00</b>
2018				<b>R\$ 122.508,00</b>

Tabela 4 – Orçamento dos últimos Quatro Anos.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / MUFPA.

<sup>26</sup>ICOM.

<sup>27</sup>Plano de Gestão Orçamentária 2019. Disponível em:  
<<http://www.proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/diplan/pgo/PGO2019-VERSAOLOA.pdf>>.

Anualmente, é elaborada uma planilha de gastos fixos ou excepcionais do MUFPA pela Coordenação Administrativa. Entre gastos relativos a bens, serviços, servidores contratados, aquisição de coleções, conservação e/ou restauração, pesquisa, o maior está elencado nos serviços, mas atualmente, a prioridade são a reforma completa e manutenção contínua dos prédios.

Vale ressaltar que, atualmente, a infraestrutura do MUFPA não tem sofrido novas grandes intervenções, as estratégias de gestão dos recursos têm atuado na manutenção de sua estrutura arquitetônica, equipamentos eletrônicos de uso contínuo e materiais para o uso diário nos setores do museu. No entanto, recentemente, o complexo do museu teve sua pintura reforçada, após solicitação da gestão à Universidade, sem que o recurso anual destinado ao museu fosse movimentado para isso. Uma equipe de técnicos da UFPA constatou que os edifícios precisavam de pintura e assim o fizeram.

Essa nossa vinculação ao MEC nos ajuda, mas também nos traz problemas, porque no MEC não há essa estrutura de Museus, então a gente sobrevive de estagiários bolsistas, por doações de artistas... Esse que é o principal obstáculo, tudo demora pela Universidade, aí a gente tem que conseguir por fora. Essa é uma dificuldade. (Entrevistado 1).

Esse panorama econômico instável apenas reforça a necessidade do planejamento dos museus para a participação em instrumentos possíveis ao fomento no setor museal. Assim sendo, a administração do MUFPA deve se empenhar constantemente para gerar eficácia nas ações de fomento que compreendam captação de recursos, aquisição de obras de arte através de editais e parcerias.

### 2.3 AS AÇÕES DE FOMENTO REALIZADAS PELO MUSEU DA UFPA

Mas basicamente é isso... Doação de artistas, de colaboradores; uma parceria aqui, acolá; aí entra num edital e consegue... E é assim que a gente vai sobrevivendo. (Entrevistado 1).

Sabe-se do desafio que as instituições museológicas enfrentam quanto ao fomento. As instituições vinculadas à Administração Pública (municipal, estadual ou federal), apesar de possuírem dotação financeira determinada por legislação

específica, muitas vezes não conseguem manter sustentavelmente todas as atividades, já que o recurso recebido é insuficiente para atender aos gastos necessários (IBRAM, 2016). Considerando as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo Museu da UFPA e a sua busca por fontes de recursos e/ou patrocínios que venham a fomentar seu funcionamento, serão apresentadas neste trabalho, algumas ações para captação de recursos que o MUFPA já realizou, levantadas via pesquisa documental e conversas com a administração do museu.

### **2.3.1 A Construção da Reserva Técnica e Novos Setores Administrativos**

No final do ano de 2006, o MUFPA recebeu a visita do então deputado federal Zenaldo Coutinho e, conseqüentemente, a promessa de apresentar uma emenda parlamentar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para que o MUFPA pudesse construir a sua primeira Reserva Técnica e um melhor espaço físico para alocação dos servidores administrativos e desenvolvimento de suas atividades. No entanto, o recurso, apesar de ter sido aprovado para sua destinação, foi diminuído em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), tendo a emenda parlamentar ficado no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e repassada à Universidade em nota de empenho<sup>28</sup>, em dezembro de 2007.

---

<sup>28</sup>Nota de Empenho: Documento utilizado para registrar as despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública em seu primeiro estágio e que identifica o nome do credor, a especificação, a importância da despesa e a célula orçamentária, deduzindo o saldo da dotação aprovada.

SERVICO PUBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 18Dez07 NUMERO: 2007NE002696 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
 EMITENTE : 153063/15230 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA  
 CNPJ : 34621748/0001-23 FONE: COMPRAS:(91)32017292-FINAN:(91)32017312  
 ENDERECO : AV.AUGUSTO CORREA,NO. 01 CAMPUS UNIVERSITARIO DO GUAMA(DEFIN)  
 MUNICIPIO : 0427 - BELEM UF: PA CEP: 66075-900

CREDOR : 153063/15230 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA  
 ENDERECO : AV.AUGUSTO CORREA,NO. 01 CAMPUS UNIVERSITARIO DO GUAMA(DEFIN)  
 MUNICIPIO : 0427 - BELEM UF: PA CEP: 66075-900

TAXA CAMBIO:  
 OBSERVACAO / FINALIDADE  
 VALOR EMPENHADO REFERENTE A SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ANEXO ADMINIS -  
 TRATIVO DO MUSEU DA UFPA, CONF. PROC. 026845/07-71

CLASS : 1 26239 12364107340090015 002287 0112000000 339039 156001 0203MUSEU  
 TIPO : GLOBAL MODALIDADE DE LICITACAO: NAO SE APLICA  
 AMPARO: INCISO: PROCESSO: 026845/07-71  
 UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: PA / 427  
 ORIGEM DO MATERIAL :  
 REFERENCIA DA DISPENSA: NUM. ORIG.:

VALOR EMPENHO : 300.000,00  
 TREZENTOS MIL REAIS\*\*\*\*\*  
 \*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 16 -MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS  
 SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 300.000,00  
 VALOR DO SEQ. : 300.000,00

VALOR EMPENHADO REFERENTE A SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ANEXO ADMINIS -  
 TRATIVO DO MUSEU DA UFPA, CONF. PROC. 026845/07-71

TOTAL : 300.000,00

TRACY DE GALLO A. RITZMANN  
 ORDENADOR

FRANCISCO J. R. NOGUEIRA  
 GESTOR FINANCEIRO

Figura 3 – Nota de Empenho para a Universidade Federal do Pará, destinada aos serviços de Ampliação do Anexo Administrativo do MUFPA.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / MUFPA.

Fotografia: Vitor Xavier.

Com a redução do valor prometido, de quatrocentos para trezentos mil, o projeto teve de passar por reformulações, sendo alterado e doado ao MUFPA pelo Professor Jorge Derenji. A Associação de Amigos se encarregou de custear despesas menores, provenientes da redução do valor repassado.

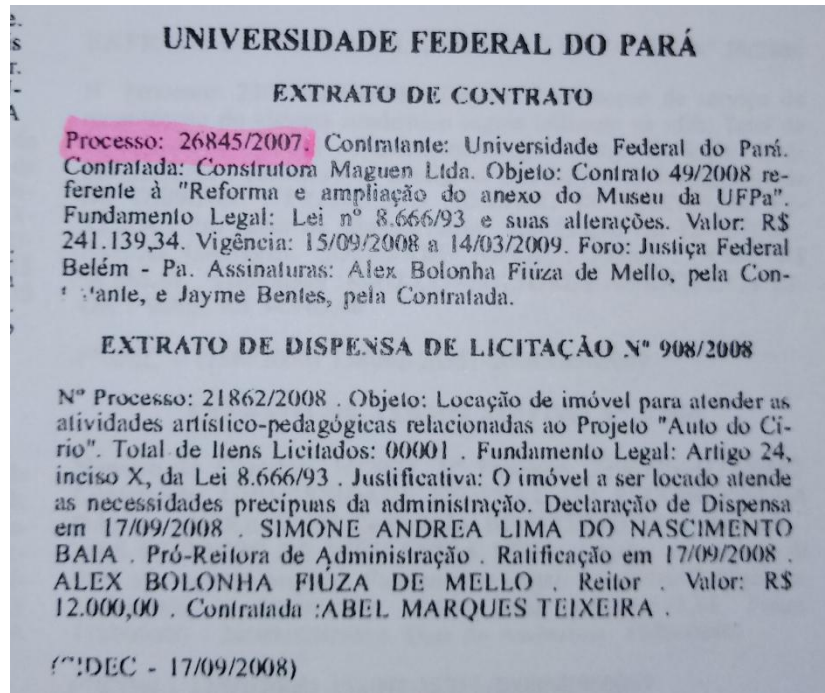


Figura 4 – Extratos de Contrato e Licitação publicados no Diário Oficial.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / MUFPA.

Fotografia: Vitor Xavier.

Após a celebração do contrato entre a UFPA e a construtora ganhadora da licitação, o extrato do contrato foi publicado do Diário Oficial em setembro de 2008.

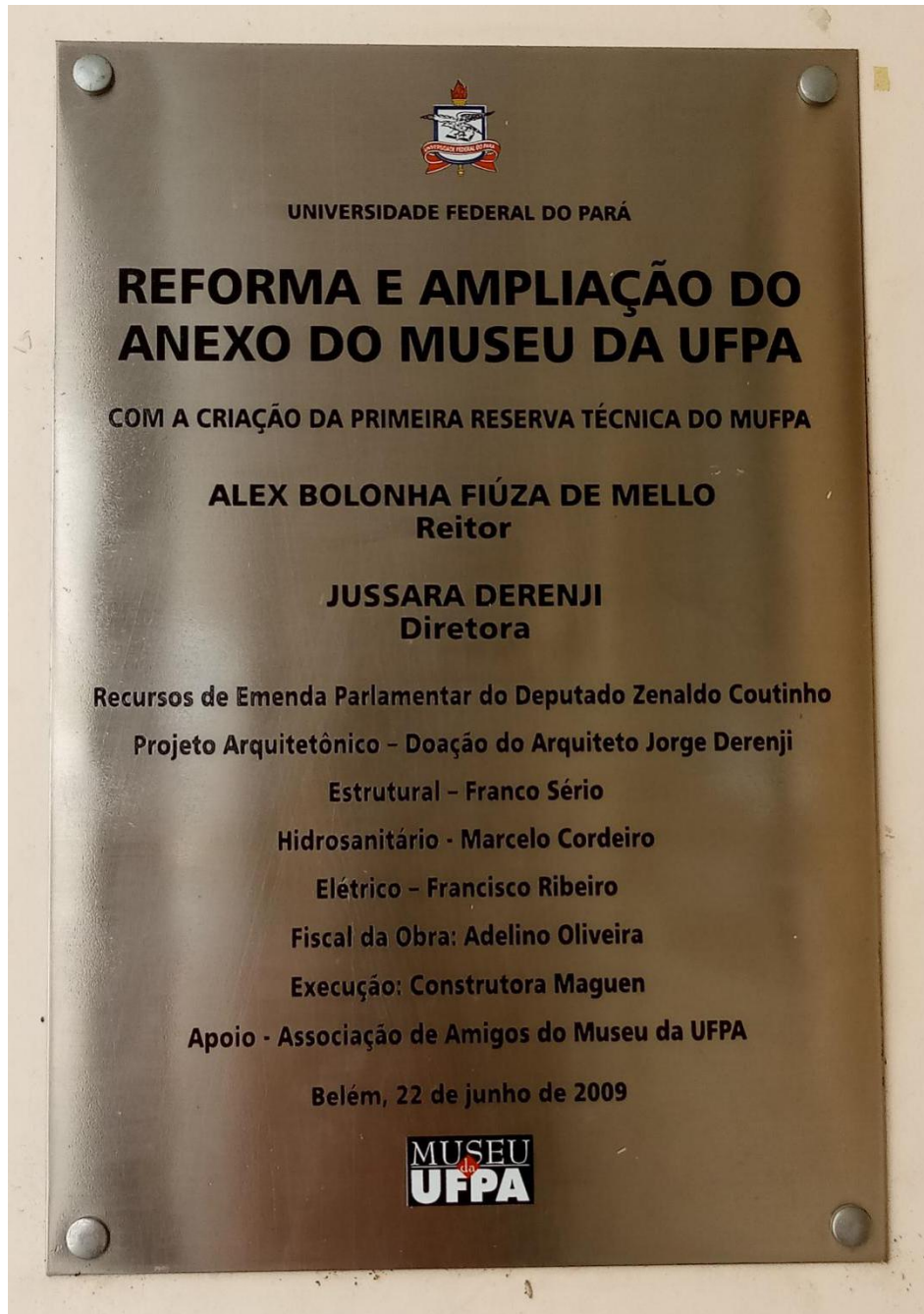


Figura 5 – Placa de (Re)Inauguração do Anexo do MUFPA.

Fotografia: Vitor Xavier.

O prédio anexo foi (re)inaugurado no dia 22 de junho de 2009, tendo esta, sido a data de sua última reforma até então, e que recentemente, completou dez anos. Vale ressaltar, que já existe a necessidade de ampliação da Reserva Técnica, tendo em vista o significativo aumento de obras salvaguardadas no museu.

Em novembro de 2009, o museu tentou novamente conseguir com o deputado Zenaldo – desta vez, sem sucesso – o valor de R\$ 238.000,00 (duzentos e

trinta e oito mil reais), através de emenda parlamentar, para a realização do projeto “Modernização do Museu da UFPA”, que tinha por objetivos adquirir e instalar equipamentos de segurança com monitoramento por câmeras de vídeo; adquirir e equipar as salas de exposição com iluminação especial adequada às exposições de Artes Visuais; adquirir e instalar equipamento para sonorização e confeccionar painéis em sistema removível para exposições de obras de arte com as características requeridas pelas especificidades do prédio (histórico e tombado).

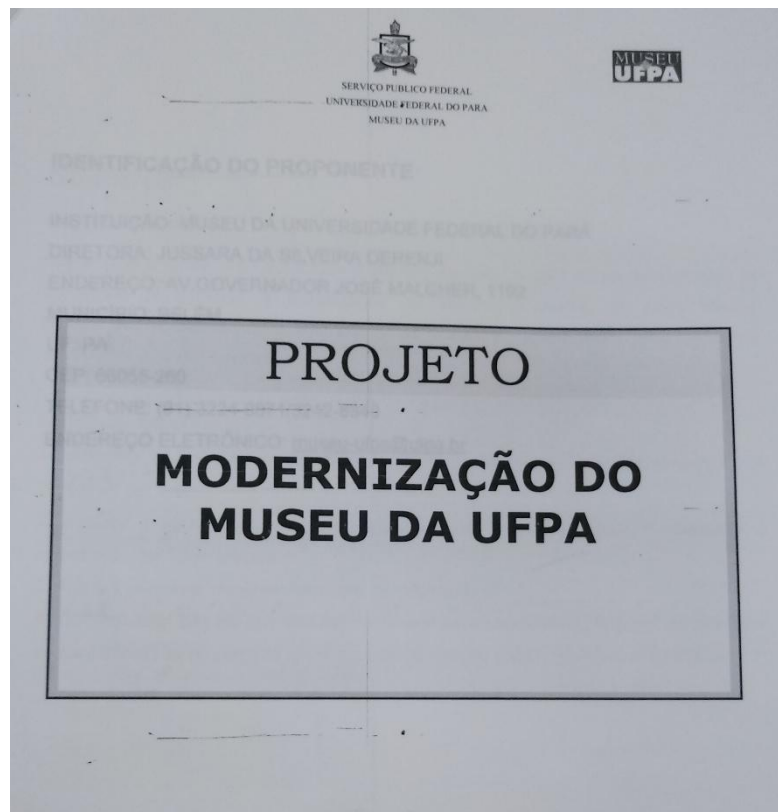



Figura 6 – Capa do Projeto Modernização do Museu da UFPA.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / MUFPA.

Fotografia: Vitor Xavier.


**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS**  
 PLN 0046 / 2009 - LOA

Data: 24/11/2009  
 Hora: 12:49  
 Página: 1 de 1

**ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**

---

**EMENTA**  
 UFFA - Modernização do Museu

**MODALIDADE DA EMENDA**  
 Individual

**TIPO DE EMENDA**  
 Aprop. - Inclusão

**ÁREA DE GOVERNO**  
 Cultura

**MODALIDADE DE INTERVENÇÃO**  
 004 Fomento a(o)

**TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA**  
 248 Museu / Casa Histórica

**LOCALIDADE BENEFICIADA**  
 1500000 - Pará

**COMPLEMENTO DA LOCALIDADE**  
 Museu da Universidade Federal do Pará

**ESFERA ORÇAMENTÁRIA**  
 Orçamento Fiscal

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA**  
 Instituto Brasileiro de Museus

**FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO**  
 13.391.0171.2838  
 Fomento a Projetos na Área Museológica  
 Museu da Universidade Federal do Pará - No Estado do Pará

**ESPECIFICAÇÃO DA META**  
 Projeto apoiado(unidade)

**QUANTIDADE**  
1

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)**

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	238.000
TOTAL .....			238.000

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

SEQUENCIAL	FUNTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
020000	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	238.000
TOTAL .....						238.000

**JUSTIFICATIVA**

Com o objetivo de dotar o setor de exposições com as condições necessárias à socialização do importante acervo de Artes Visuais pertencentes ao Museu da UFFA, bem como realizar e receber exposições relevantes ao cenário cultural regional.

---

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

**AUTOR DA EMENDA**  
 3494 - Zenaldo Coutinho

Figura 7 – Espelho de Emenda de Apropriação de Despesa do Projeto Modernização do Museu da UFFA.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / MUFFA.

Fotografia: Vitor Xavier.

O valor da emenda chegou a ser direcionado pelo deputado, no entanto, não chegou a ser incluso na Lei de Orçamento Anual e, conseqüentemente, não foi repassado à Universidade.

### **2.3.2 A Criação do Jardim de Esculturas**

Em 2005, o MUFPA buscou, via edital, captar recursos junto ao Banco da Amazônia para o patrocínio do projeto “Exposição Permanente de Esculturas do Museu da UFPA”, que visara a revitalização do jardim que compunha o complexo do Museu. A proposta era introduzir grandes esculturas de artistas locais em um contexto de visitação e valorização do espaço do jardim.

A proposta incluía a substituição do muro ali existente por grades que seguissem a modenatura da grade original do Palacete. Aberto visualmente, o jardim poderia cumprir funções de visitação, repouso e contemplação, e abrigar eventos que intensificassem tais aspectos. A vegetação de maior porte seria preservada, assim como as colunas que compunham o muro. Seriam introduzidos pisos antiderrapante com superfície homog nea, permitindo assim, pequenos espetáculos de dança e/ou teatro.

Em suma, o projeto do jardim de esculturas pressupunha a existência de três elementos:

As esculturas deverão ser deslocadas para pontos periféricos, porém, recebendo iluminação adequada a valorizar suas características. O caso mais difícil é, sem d vida, o do elemento em ferro, uma figura de mulher que compõe o chafariz. Planejada pra ser vista pelos moradores a figura d  as costas ao portão lateral que será a entrada principal do Jardim de Esculturas, além disso, tem os mecanismos de alimentação da fonte colocados de forma muito evidente o que desfigura o conjunto. A concepção paisagística propõe em vez desta situação uma rotação e deslocamento da fonte para o ponto indicado em planta. A ideia é integrar a fonte ao anexo que será construído em substituição ao precário e deficiente prédio atual. Teremos assim uma situação que nos parece emblemática do restauro que está em curso: junto ao prédio antigo, um jardim com funções e desenho contemporâneos, junto ao novo anexo a tradição dos monumentos antigos (TRECHO DO PROJETO ORIGINAL, 2005).

Os itens referentes ao jardim, estavam inclusos no projeto de Restauração do MUFPA, que obteve na época, o selo da Lei de Incentivo   Cultura para captar recursos até o teto de R\$ 1.900.932,00 (um milhão novecentos mil novecentos e

trinta e dois reais). Para o Banco da Amazônia, o intuito era conseguir o valor de R\$ 144.969,00 (cento e quarenta e quatro mil novecentos e sessenta e nove reais), referentes ao orçamento do projeto do Jardim de Esculturas.

Itens do orçamento global enviado e aprovado pelo MINC/ Lei Rouanet

2.4. cobertura vegetal.....	54.810,00
2.5. calçamento de proteção da edificação.....	40.590,00
2.6. calçamento externo.....	18.620,00
Substituição do muro de alvenaria	
2.7.1. remoção do muro em alvenaria.....	1.728,00
2.7.2. remoção de entulho.....	421,00
2.7.3. execução de novo gradil.....	21.600,00
2.7.4. recuperação gradil existente.....	7.200,00
<b>total do auxílio solicitado.....</b>	<b>144.969,00</b>

Figura 8 – Orçamento do projeto de implantação do Jardim de Esculturas.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / MUFPA.

Fotografia: Vitor Xavier.

O Jardim de Esculturas foi inaugurado no dia 17 de maio de 2006 e em contrapartida ao patrocínio adquirido, o Banco da Amazônia recebeu do MUFPA:

- Banner na frente e nos lados durante a construção e fase de inauguração;
- Logo nos folders específicos;
- Divulgação no site do Museu;
- Divulgação no Jornal do Museu;
- Um marco no jardim alusivo ao patrocínio;
- A logo do banco em todas as placas dos artistas;



Figura 9 – Placa de Inauguração do Jardim de Esculturas.

Fotografia: Vitor Xavier.

Um fato interessante ocorreu quando o jardim fora reformado: foram encontrados fragmentos arqueológicos durante a sua reestruturação. Da “escavação acidental” (não realizada por arqueólogos), resultou um acervo de fragmentos de louça, cerâmica e vidro, todos catalogados. Até 1948, no lugar do jardim haviam casas de frente para a Avenida Generalíssimo Deodoro. Foram encontradas, no total 2.200 (dois mil e duzentos) fragmentos de cerâmica, porcelana e vidro.



Figura 10 – Jardim de Esculturas atual.

Fonte: Facebook

Até o presente momento, o jardim não passou por nova reforma e recebe regularmente, eventos ligados e produzidos pelo Museu.

### **2.3.3 Recuperação e Difusão do Acervo Musical da Coleção Vicente Salles**

O projeto “Recuperação e Difusão do Acervo Musical da Coleção Vicente Salles da Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará”, registrado no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com contrato de patrocínio celebrado entre a Associação dos Amigos do Museu da Universidade Federal do Pará, entidade proponente e a Petrobrás S/A, foi desenvolvido no Museu da Universidade Federal do Pará, por uma equipe de profissionais de Biblioteconomia e Música.

O projeto foi executado em um ano e quatro meses, no período de fevereiro de 2007 a junho de 2008.

O acervo musical constituído de discos, fitas de rolo, cassetes e partituras manuscritas e editadas, faz parte da Coleção Vicente Salles, composta por cerca de sete mil títulos (obras raras, clássicos, primeiras edições); setenta mil recortes da hemeroteca; quinhentas e vinte peças de teatro do repertório regional e nacional; teses; folhetos; volantes; caricaturas; cordéis; cartazes; entre outros.

Com informações do Relatório Final do projeto, hoje o Acervo Musical está organizado e disponibilizado ao público em geral e aos pesquisadores. Além da Higienização e fotografias das partituras manuscritas, foram catalogadas as partituras manuscritas, as editadas, os discos vinis de 10 polegadas com 78 rpm, os discos LPS de 33 ½ RPM, os discos vinis compactos, as fitas de rolo magneto fônicas e as fitas cassetes.

Os discos vinis compactos e LPS foram digitalizados e gravados em CDS como era previsto no projeto. Para melhor uso dos novos recursos tecnológicos, os áudios destes discos, assim como os das fitas de rolo, cassetes e vinis 78 RPM, foram transpostos para formato de arquivo de computador MP3, com capacidade de alta compressão, permitindo que se armazenem grandes quantidades de músicas em poucos discos, facilitando também o uso em computadores e nas estações de apreciação localizadas na Biblioteca do MUFPA (RELATÓRIO FINAL, 2009).

Para organização da contabilidade do projeto um contador foi contratado. Todas as demandas de compras e pagamentos de pessoal, taxas e recolhimentos de impostos foram preparadas por este e apresentadas à diretora do MUFPA que enviava ao tesoureiro da Associação dos Amigos. O tesoureiro conferia e então assinava os cheques e enviava ao presidente da AAMUFPA. O presidente assinava os cheques em conjunto com o tesoureiro.

No dia 30 de maio de 2008 foi descerrada a placa definitiva afixada na entrada da Biblioteca do MUFPA, culminando o final do trabalho de recuperação do acervo musical.

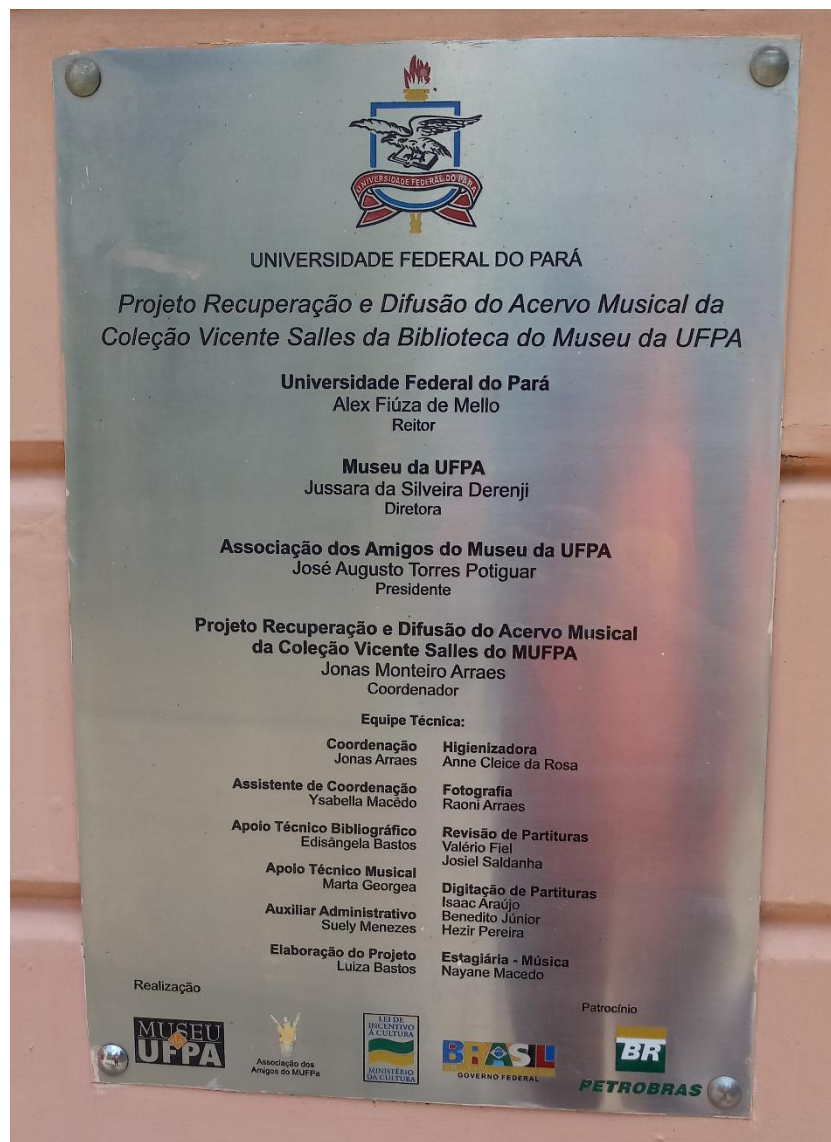


Figura 11 – Placa de Reconhecimento ao projeto Recuperação e Difusão do Acervo Musical da Coleção Vicente Salles da Biblioteca do Museu da UFPA.

Fotografia: Vitor Xavier

O resultado deste trabalho corresponde a:

- 1.064 partituras manuscritas higienizadas;
- 2.058 partituras editadas catalogadas;
- 396 partituras originais digitalizadas e convertidas em arquivos de áudio em formato MP3 e WAV;
- Um levantamento biográfico que identificou 70 compositores paraenses dentre os 562, cujas obras compõem o acervo e 461 LPs, 117 vinis compactados, 175 vinis de 10 polegadas e 129 fitas de rolo magnético digitalizadas e gravadas em CDs.

Infelizmente, na pesquisa documental realizada, não foi encontrado o valor exato disponibilizado pela Petrobrás. No entanto, segundo a Coordenadoria Administrativa, pode ser que o valor tenha ficado em torno de R\$ 200 (duzentos) a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

### 2.3.4 Mobiliário para o Acervo Vicente Salles

O projeto “Mobiliário para o Acervo Vicente Salles”, foi desenvolvido nos anos 2000 e submetido à extinta Fundação Vitae. O projeto visava a aquisição de um arquivo deslizante para a guarda e preservação dos fundos documentais que compunham o Acervo Vicente Salles. O arquivo deslizante era de suma importância para acondicionar e conservar adequadamente os diversos suportes que formam o Acervo, obedecendo padrões de instalação e segurança.

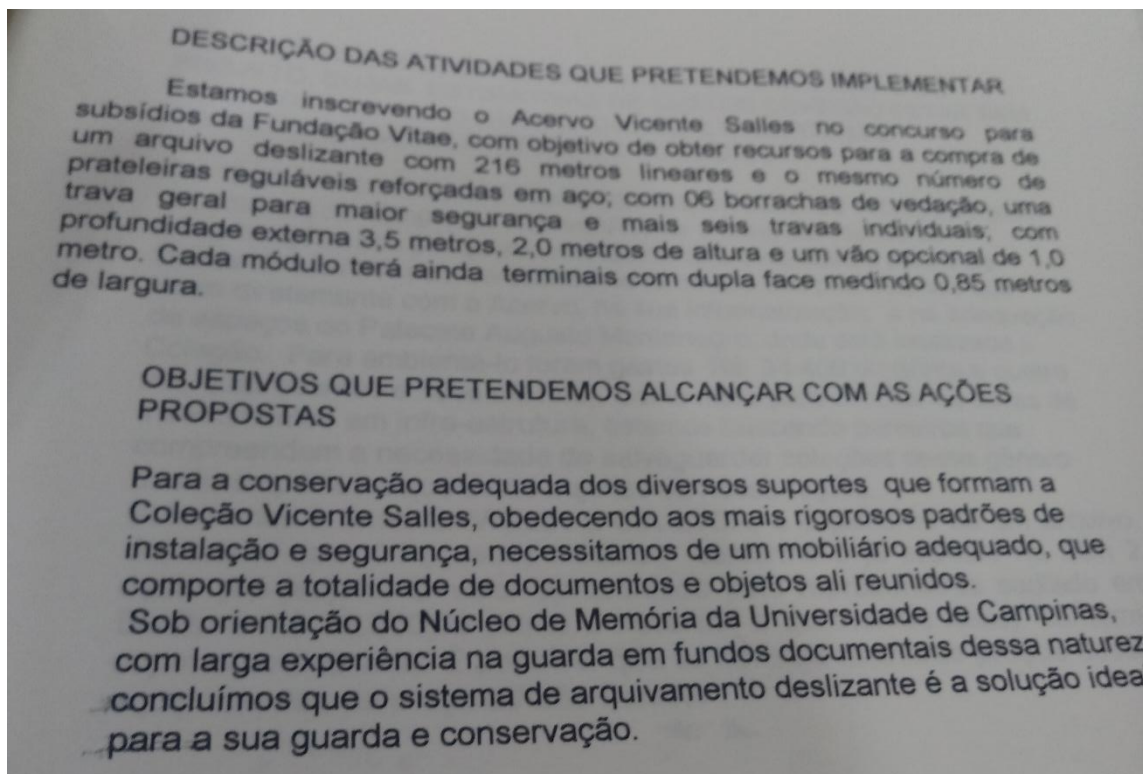


Figura 12 – Projeto Mobiliário para o Acervo Vicente Salles.

Fonte: Biblioteca / MUFPA

Fotografia: Vitor Xavier

O total do projeto era de R\$ 46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais), e a Fundação Vitae apoiou 85% do valor, liberando para a compra do mobiliário, R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais) em agosto de 2000.

### **2.3.5 Elevador**

O elevador do MUFPA foi adquirido através de doação, feita pela Fundação Amazônica Yoshio Yamada em 2008. O equipamento foi uma conquista do projeto “Acessibilidade do Patrimônio Cultural do Museu da UFPA”, proposto pela Associação de Amigos do Museu e tendo sido totalmente doado, ficou a cargo do MUFPA, se responsabilizar pela instalação.

Houve uma exposição aqui, do pessoal da Yamada. De um artista, de um dos Yamada. Ele era artista. O primeiro Yamada, ele era artista plástico... E a exposição foi enorme. E na época a gente tava... Era só escada. Aí se começou a conversar sobre isso. Poxa, não tem elevador aqui pra descer... Aí eles propuseram pra gente, sabe... Se o Museu aceitaria, como contrapartida, uma plataforma pros deficientes físicos. Claro que a gente aceitou né, lógico! (Entrevistado 2).

A plataforma foi instalada aos fundos do Palacete, sendo possível enxergá-la externamente apenas dos ângulos da Sala de Documentação e da Avenida Governador José Malcher.



Figura 13 – Elevador do Museu da UFPA visto da Sala de Documentação.

Fotografia: Vitor Xavier

Sendo assim, a Associação de Amigos conseguiu firmar um convênio com a Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), para adquirir os recursos necessários à instalação do elevador. A AAMUFPA recorreu a própria Fundação Yamada para instalar o equipamento. Esta, por sua vez, orçou as despesas em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O Convênio 152/2008 foi firmado em 15 de setembro e se encerrou em 15 de dezembro daquele mesmo ano, tendo a AAMUFPA prestado contas à SECULT.

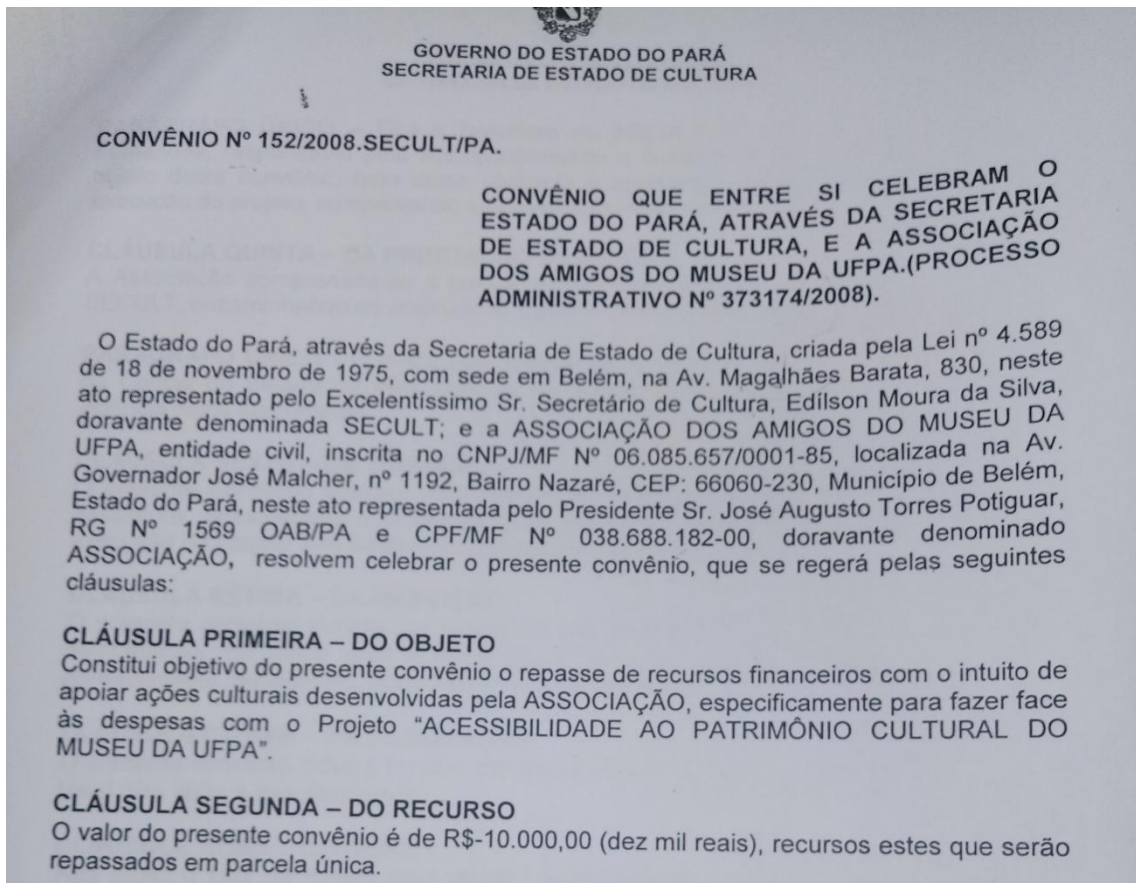


Figura 14 – Trecho do Convênio firmado entre a SECULT e a AAMUFPA.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / MUFPA

Fotografia: Vitor Xavier

### 2.3.6 Outras Ações de Fomento Descobertas Durante a Pesquisa

Como bem foi mencionado, na época em que o MUFPA participou do edital de seleção em que foi selecionado para adquirir recursos com vistas à implantação do Jardim de Esculturas, o mesmo estava contemplado com o selo da Lei de Incentivo à Cultura. Naquela época, o Museu buscou recursos também para a restauração completa do Palacete e para a construção do prédio anexo, conseguindo assim, o apoio da – na época – Companhia Vale do Rio Doce, segundo informações, para a reforma estrutural interna e criação de rampas para pessoas com deficiência. No entanto, a presente pesquisa não teve acesso a nenhum documento sobre tal patrocínio da Vale e nem sobre qual valor fora repassado.

A Coordenadoria Administrativa também me deixou a par de que a Vale financiou, também via Lei de Incentivo à Cultura, a reforma do telhado do Palacete no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Outro projeto mencionado foi o da reforma da Reserva Técnica em 2006, orçado e aprovado no valor de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), mas que não fora liberado pela universidade, tendo a mesma destinado o dinheiro para outra finalidade.

Percebe-se que muitas das ações de fomento apresentadas, focaram na infraestrutura do complexo do museu e seu acervo, mas podemos destacar também, a importância do fomento na aquisição de materiais básicos de uso diário no setor museológico, como por exemplo, luvas, plástico bolha, etc., que são de suma importância para a manutenção dos acervos e que, muitas das vezes, também são adquiridos através de parcerias e da Associação de Amigos. Tendo em vista, que solicitar à Universidade leva a uma demora significativa, a Coordenadoria de Acervo e Documentação, em plena consciência dos cuidados que os acervos precisam, também intermedia acordos afim de que as parcerias firmadas para exposições, fomentem a conservação e salvaguarda dos objetos.

Então qual é o intermédio por onde a gente consegue esses materiais: por meio da associação de amigos. Então, se a gente precisa, tipo, de material pra fazer limpeza, que a Universidade não fornece pra gente com tanta facilidade, dentro das atribuições que a gente tem, a gente faz a solicitação ou por intermédio da associação ou por intermédio de parcerias. Então como o Museu funciona com essas parcerias, por exemplo, o Diário Contemporâneo, o Arte Pará, ou outros artistas que vierem fazer exposição aqui, e a gente, em meio às parcerias, a gente solicita alguns materiais dentro do que eles podem nos fornecer, né. Então às vezes é um material mais barato, como plástico bolha, TNT ou muitas das vezes é material especializado, como por exemplo, a gente chega a pedir um DVD pra exposição, ou então a gente precisa de um desumidificador, aí dentro das parcerias, a gente conversa e consegue esses materiais. (Entrevistado 3).

### **2.3.7 Projetos em Fase de Captação de Recursos**

Atualmente, o MUFPA conta com um projeto, já aprovado pela Lei de Incentivo à Cultura, pronto para captar recursos, que visa a elaboração do Inventário físico e eletrônico do Museu, para o controle interno e posterior divulgação para pesquisa. O valor permitido a ser captado é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e conta como proponente do projeto, a Associação de Amigos do Museu.

### 2.3.8 Calendário Anual e Eventos Fixos

Dentro do Planejamento anual, o MUFPA possui um calendário de eventos. Dentro deste, encontram-se as exposições temporárias e suas previsões de realização e eventos anuais fixos, que não são removidos da tabela. As tabelas a seguir, destacam os eventos que estavam/estão programados para acontecer em 2019 e os eventos que acontecem paralelamente às exposições.

<b>MÊS</b>	<b>DIAS</b>	<b>EVENTO</b>
Dezembro/2018 a Março	08/02 a 05/03	<b>PERSPECTIVAS DA CIDADE, A CIDADE EM PERSPECTIVA</b>
Março a Maio	15/03 a 10/05	<b>EXPERIÊNCIA VERTIGEM: NOVAS AQUISIÇÕES DA COLEÇÃO AMAZONIANA DE ARTE DA UFPA</b>
Maio a Julho	07/06 a 20/07	<b>ABSTRAÇÕES: RELEITURA DE UM ACERVO</b>
	A Definir	<b>PRÊMIO DIÁRIO CONTEMPORÂNEO DE FOTOGRAFIA (Fixo)</b>
Agosto a Outubro	A Definir	<b>MEDICINA 100 ANOS</b>
Outubro a Dezembro	A Definir	<b>ARTE PARÁ (Fixo)</b>
Dezembro a Março/2020	A Definir	<b>TRAÇOS LOCAIS (Fixo)</b>

Tabela 5 – Calendário Anual de Exposições do MUFPA.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / Instagram.

<b>EVENTOS PARALELOS</b>
Feirinha do MUFPA (Um Domingo de cada mês)
Semana do Cérebro
Semana de Museus (Maio)
Primavera de Museus (Setembro)
Audições da Fundação Carlos Gomes (Aos Sábados)
Audições da Escola de Música da UFPA (Às sextas-feiras)

Tabela 6 – Eventos Paralelos às Exposições do MUFPA.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / MUFPA.

Segundo a Coordenadoria Administrativa, a organização, divulgação, montagem e a manutenção de cada exposição realizada, fica sob responsabilidade do MUFPA, tendo este, que deduzir essas despesas do seu orçamento anual.

Então, esse valor (R\$ 122.508,00), ele acaba sendo focado pra exposições também, pra pagamento de empresas terceirizadas para montagem, até porque a gente não tem montador próprio, então precisa ser contratado. Pra compra de materiais específicos, parte de material gráfico também, porque esse material gráfico produzido pro museu, é feito por empresa privada também, a nossa gráfica não fornece, pelo menos, são raras as parcerias que a gente tem com relação a isso. Então fazer transporte, fazer divulgação, fazer material gráfico, não são coisas baratas né, então o dinheiro tem muito que arcar com isso também (Entrevistado 3).

Eventos Fixos do MUFPA, como o Prêmio Diário Contemporâneo de Fotografia e o Arte Pará, são organizados por comissões externas que, ao se reunirem com a gestão administrativa do museu, definem como se darão as exposições e, segundo a coordenadoria, o Prêmio Diário de Fotografia garante mediante termo de compromisso que, por sediar a exposição, o MUFPA terá direito a adquirir duas obras de arte ao final do evento. O Arte Pará não garante formalmente nenhuma doação e nenhuma contrapartida, mas acaba levando em consideração a parceria firmada e assim, ao final do evento faz uma doação ou na

organização, presta serviços de manutenção do prédio ou equipamentos do prédio, etc.

#### 2.4 ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DA UFPA (AAMUFPA)

Segundo o Estatuto de Museus, são entendidas como associações de amigos de museus, as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que preencham os seguintes requisitos:

I – Constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;

II – Não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III – Ser vedada a remuneração da diretoria.

Ainda segundo o Decreto 8.124/13, as associações de amigos de museus terão por finalidade apoiar e colaborar com as atividades dos museus, contribuindo para seu desenvolvimento e para a preservação do patrimônio museológico, respeitando seus objetivos.

A Associação de Amigos do Museu da UFPA foi fundada em 05 de novembro de 2003 e participa de ações e projetos do museu, seja por financiamento parcial ou por responsabilidade na gestão de projetos submetidos à captação de recursos. Segundo o artigo 4º de seu estatuto, o objetivo da Associação é colaborar com a Administração do Museu da UFPA, visando:

a) Incentivar ou subvencionar ações no campo artístico;

b) Colaborar com os poderes públicos, sempre que sua ação for reclamada em benefício da educação e da cultura artística, podendo inclusive auxiliar na manutenção de seu acervo patrimonial;

c) Captar recursos financeiros junto a pessoas físicas ou jurídicas, associadas ou não, destinados a constituir fundo a ser aplicado pela associação dentro do objeto social, podendo para tal fim, firmar convênios, parcerias e contratos.

Sem fins lucrativos, com CNPJ próprio e, atualmente, composta por 39 membros, seus associados atuam voluntariamente e procuram realizar parcerias para importantes obras e ações no museu. Segundo a sua página da internet, a

AAMUFPA contribuiu para as ações de restauração e conservação da estrutura física do prédio e de revitalização das atividades museológicas da instituição, tendo em vista que, antes de 2003, as atividades citadas estavam paralisadas há quase uma década apesar do museu possuir um relevante acervo de artes visuais bibliográfico e documental.

O museu consegue, através da AAMUFPA, submeter projetos em editais que visem captar recursos, adquirir obras, sem que haja um grande percurso burocrático, diferentemente de quando se submete em nome do próprio órgão, que, por ser ligado à Universidade, tem de passar pelos trâmites da Pró-Reitoria. Em suma, a AAMUFPA está presente em todas as ações de fomento executadas pelo MUFPA, seja submetendo projetos em seu nome, como por exemplo, a recente aprovação do projeto do Inventário do Museu, que obteve aprovação para captar o valor liberado, e a recente aquisição de obras pelo Instituto Itaú Cultural via Edital da Funarte, que culminou na Exposição “Abstrações”, quanto dando suporte ao museu através da elaboração de eventos, contribuição mensal dos associados, busca de parcerias e, até mesmo, pela aquisição de produtos básicos a manutenção e transporte de acervos.

A vantagem que eu vejo é assim, ela permite que a gente entre nos editais, sem muita burocracia. Porque se a gente entrar em edital pela universidade, a burocracia é muito grande. E os editais permitem, que coloquem o nome de associações. (Entrevistado 2).

Segundo a coordenadoria administrativa, a associação de amigos arrecada anualmente, R\$ 13.000,00 (treze mil reais), através da cota mensal paga pelos associados. Valor bastante baixo, considerando as necessidades do museu, no entanto, apesar de pouco, já é uma contribuição financeira para alguma emergência ou algo do tipo.

O artigo 5º da AAMUFPA, estabelece uma espécie de classificação de sócios, de acordo com os valores que os associados pretendem pagar, como podemos ver a seguir:

- I. Serão considerados Sócios Estudantes, aqueles que contribuirão anualmente com o valor de R\$ 25,00;
- II. Serão considerados Sócios Individuais, aqueles que contribuirão mensalmente com o valor de R\$ 10,00;

- III. Serão considerados Sócios Amigos do Museu da UFPA, aqueles que contribuirão mensalmente com o valor de R\$ 25,00;
- IV. Serão considerados Sócios Parceiros, aqueles que contribuirão mensalmente com o valor de R\$ 100,00;
- V. Serão considerados Sócios Patrocinadores, aqueles que contribuirão mensalmente com o valor de R\$ 200,00;
- VI. Serão considerados Sócios Patronos, aqueles que contribuirão anualmente com uma quantia maior do que a do item anterior.

Para se associar à AAMUFPA, o interessado deve preencher um formulário disponível no site do MUFPA ou entrar em contato com o museu. Tanto Pessoas físicas e/ou jurídicas podem se associar. Atualmente, a Associação de Amigos é presidida pelo Professor Álvaro do Espírito Santo que é docente da UFPA do Curso de Turismo. Também, na mídia televisiva e no jornal impresso<sup>29</sup>, há uma divulgação da importância da associação e do próprio museu para a comunidade em geral, como forma de ampliar o número de associados.

## 2.5 FEIRINHA

O Estatuto da Associação de Amigos estabelece que, a partir da categoria Sócios Amigos do Museu, o associado tem direito à locação do jardim para fins de eventos e coisas afins. E é nesse viés, que a associada Simone Chermont goza de tal direito e, coordena, com o apoio da AAMUFPA, a Feirinha do MUFPA. Evento que acontece uma vez ao mês aos domingos nas dependências do jardim de esculturas. Logo cedo os vendedores chegam para organizar seus stands em lugar pré-definido no momento da inscrição para que cada stand mantenha a mesma posição por todas as demais edições (SILVA; BRITTO, 2017, p. 1129).

A Feirinha começa pela manhã, por volta de 9h e só termina por volta das 16h. Há vendas de bijuterias, comidas, roupas, objetos de decoração, etc. Dependendo da temática também, podem ocorrer atrações de música e dança.

A universidade permite, é legal uma permissão de uso dos espaços do museu. Tanto que tem, feira de agricultura, tem o ver-o-pesinho né... E assim, a gente realmente imaginava nesse espaço quando houve a

---

<sup>29</sup>No sistema de comunicação das Organizações Rômulo Maiorana, TV Liberal e Jornal O Liberal.

proposta. Primeiro que ela é uma sócia da associação, a coordenadora. E no estatuto da associação, permite que determinada categoria de sócio, como ela, que paga pra associação cem reais por mês, ela tem direito de fazer eventos no jardim do museu, isso tá no estatuto. (Entrevistado 2).

Segundo o administrativo do museu, a Feirinha não traz nenhum lucro ao MUFPA, pois devido ao direito de uso do espaço pela associada, não é taxado a ela que pague alguma espécie de aluguel. Para a coordenadoria do museu, a feira traz visibilidade, apresenta o Museu ao público que, a priori, vem para comprar e consumir, mas que acaba “tendo a curiosidade” de entrar no Palacete e visitar a exposição. Essa afirmação vai em contrapartida ao fato de que, durante a semana, ou nos domingos em que não há feira, as exposições são bem menos frequentadas.

Então fica o questionamento, se, em vez de visibilidade ao museu, as visitas não são apenas consequências da vontade de estar na feira. Para Daniela Silva e Rosângela Britto (2017, p. 1130), A Feirinha por si só não constitui um elemento de aproximação do público com o museu, mas quando agregadas, ações com esse objetivo podem se tornar uma ação efetiva de interação com o público. A ação de abrir os jardins da instituição torna o lugar mais atrativo, o aglomerado de pessoas demonstra que o lugar é acessível.

Mas inicialmente, na verdade, a ideia era o quê, era uma feira experimental. Vamos ver como é que vai acontecer e deu certo. Vem muito público, olha nesse dia o público das exposições aumenta muito, é um público variado, diverso, vem criança, vem idoso... Pois é, aí a gente, experimentalmente, acabou dando certo porque houve esses parâmetros sabe... Olha, se tu pegar o público diário e o do dia da feirinha, ele é diferente. Mas também é lógico né, tá aqui, tá na feirinha... (Entrevistado 2).

Nota-se claramente que, a coordenação administrativa do museu enxerga a “visibilidade” trazida pela Feirinha, como um ponto muito positivo à visitação das exposições. No entanto, é apenas na perspectiva quantitativa, não se percebe um cuidado em saber se o Museu agradou ao visitante, se ele gostou e, principalmente, entendeu e refletiu sobre o que viu. Para De Varrine (2013), o patrimônio de um museu, os objetos que fazem parte das coleções dos museus devem estar a serviço do desenvolvimento da comunidade local, portanto, se não houver reflexão por falta de entendimento, o desenvolvimento daquele indivíduo ou grupo, estará comprometido e o museu não alcançou seu objetivo de comunicação (apud SILVA; BRITTO, 2017, p. 1125).

Devido à grande popularidade da Feirinha, a gestão administrativa do MUFPA formalizou um processo, para legalizar perante à Pró-Reitoria de Administração, o uso do espaço do Jardim pelo evento Feirinha do MUFPA, para que assim, haja todo o respaldo necessário à continuidade do evento. O processo ainda está em tramitação interna dentro da Universidade.

### 3. UMA ANÁLISE GERAL SOBRE A EFICÁCIA E PROPOSIÇÕES ACERCA DAS AÇÕES DE FOMENTO REALIZADAS NO MUSEU DA UFPA

A carência de dados, costuma ser uma tônica na gestão pública da cultura. Órgãos estaduais de cultura, em geral, não possuem equipes especializadas em produzir estudos e dados sistematizados. Também ainda não é frequente a parceria com órgãos de estatística estaduais (PAIVA, 2016, p. 28).

Essa carência mencionada por Carlos Paiva (2016), foi sentida por mim durante esta pesquisa. Mesmo com a aparentemente vasta lista de ações de fomento realizadas pelo MUFPA e o empenho da equipe administrativa em me repassar informações documentais, parecem haver poucos documentos disponíveis acerca do assunto para consulta. No entanto, notei que as ações de fomento do MUFPA são práticas recorrentes, que buscam atender o complexo do museu como um todo e não apenas o prédio sede. Sendo assim, vejo a necessidade de haverem relatórios gerais em todos os processos de captação de recursos, tendo em vista que as ações de fomento lidam com notas fiscais e recibos, assim como um possível banco de dados para controle unificado e interno da administração. Apesar de as políticas de fomento exigirem muita informação, em todas suas etapas (recepção, seleção, acompanhamento e prestação de contas), não há prática de processamento e sistematização dos dados disponíveis (PAIVA, 2016, p. 28).

Basicamente, a maioria das ações neste trabalho apresentadas, se deram via editais que contemplaram o museu em parcerias públicas e público/privadas. Os editais de incentivo são os pontos chave e de partida para a captação de recursos.

O acervo não para de crescer, devido às doações que são feitas ao museu. Tal prática é recorrente considerando os muitos artistas, colecionadores, famílias, etc. que se interessam em ter seus nomes ligados e/ou perpetuados ao museu por meio de obras de arte ou artefatos. Quanto mais doações, mais enriquecido fica o “*curriculum lattes*” da instituição quanto ao seu acervo, facilitando, segundo a coordenadoria administrativa, a aquisição de mais doações via editais, por exemplo. O Termo de Doação utilizado atualmente pelo MUFPA está em anexo neste trabalho.



Figura 15 – Obra doada ao MUFPA.

Fotografia: Vitor Xavier.



Figura 16 – Etiqueta de Obra doada ao MUFPA.

Fotografia: Vitor Xavier

Não há prática de mecenato dentro do MUFPA, pois o mesmo não recebe doação financeira de nenhuma entidade ou pessoa física. Para que o museu recebesse alguma dotação, os valores deveriam ser repassados a AAMUFPA, já que a legislação brasileira não permite doações diretas a órgãos públicos. Mas o mecenato não é, basicamente, uma realidade presente nos museus brasileiros. Um exemplo disso é o fato de o Museu Nacional ter recebido pouco mais de um milhão

de reais, um ano após o incêndio que o consumiu. Na contramão deste exemplo, temos o incêndio na catedral de Notre-Dame em Paris, em abril deste ano, onde em menos de dois dias, a mobilização dos franceses, de demais entidades do hemisfério Norte e até mesmo de uma bilionária brasileira, reuniu um montante de mais de dois bilhões de reais para a reconstrução do monumento<sup>30</sup>.

No nosso país não há o costume do mecenato, o costume de doar. Também não existem reduções de impostos para esse tipo de doações como nos Estados Unidos e na França. O governo brasileiro deveria aprender com isso<sup>31</sup> (KELLNER; O GLOBO, 2019).

Há de se destacar, que as ações de fomento no museu da UFPA, só começaram a se tornar práticas contínuas, a partir da gestão da Professora Jussara Derenji que, coincidiu com a implantação da Política Nacional de Museus e com a criação da Associação de Amigos. Na contramão da instabilidade da economia brasileira, a Coordenadoria Administrativa fica atenta aos editais, programas de fomento e oportunidades de parcerias com instituições públicas e privadas.

Sendo então, estas ações, em grande parte já satisfatórias, é possível melhorar sua eficácia?

No âmbito da gestão pública é importante perceber que, quando tratamos dos museus e acervos das instituições de ensino superior públicas, estamos tratando de instituições cuja gestão está vinculada ao funcionamento, regras e impedimentos da administração da coisa pública, com as vicissitudes do bom ou mau funcionamento do Estado brasileiro (RIBEIRO, 2013, p. 89).

O corpo de funcionários administrativos do museu é pequeno. Apesar do MUFPA não se tratar de um museu de grande porte, acredito que para uma maior eficácia nas ações, uma equipe destinada à Produção Cultural e Fomento à museus deveria ser instalada no mesmo, com profissionais capacitados para tal função, não que a coordenadoria responsável por este trabalho, não possua a competência necessária para realizá-lo. Mas, uma equipe destinada única e exclusivamente à função de captar recursos, seria de grande valia ao museu e enriqueceria a Coordenadoria Cultural, assim como, um aumento no quadro de pessoal de todos os setores. Por exemplo, o museu não dispõe de funcionário dedicado à montagem de

<sup>30</sup>Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/17/museu-nacional-doacoes-catedral-de-notre-dame.htm>.

<sup>31</sup>Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/doacoes-para-reconstrucao-museu-nacional-do-rio-nao-a-notre-dame-23607184>

exposições. É preciso que se contrate uma empresa para tal finalidade, toda vez que uma nova exposição é organizada.

No entanto, para isso é preciso que a Universidade permita que sejam realizadas contratações temporárias ou que selecione profissionais mediante concurso público. O último concurso que contemplou o museu empossou – finalmente – no ano de 2016, os servidores museólogo e restauradora. Mas está nítido que tais lacunas, infelizmente, não são supridas devido à universidade não se atentar para essas necessidades dentro de sua estrutura de admissão de pessoal.

É preciso que a Universidade trate o museu, como museu, e não como mais um edifício administrativo, tomando conhecimento definitivo de todas as necessidades do mesmo, com relação à educação, conservação, restauração e difusão dos acervos tanto dentro do museu, quanto na Universidade. Em especial destaque que a qualificação e ampliação dos recursos humanos e os investimentos associados às ações de fomento, podem possibilitar que o museu universitário seja de fato, um museu universitário, ou seja, relacionado às funções de ensino, pesquisa e extensão da UFPA, e não simplesmente um museu da UFPA, como um mero elo administrativo de gestão.

Atualmente, o MUFPA vem servindo como campo de estágio supervisionado em espaços culturais do Curso de Artes Visuais e também para o Curso de Museologia da Faculdade de Artes Visuais. Assim como, é importante destacar seu apoio desde o início da criação e implantação do Curso de Museologia da UFPA (BRITTO, 2019).

### 3.1 METAS FUTURAS

Conforme mostra o PDU do MUFPA, elaborado em 2017 para vigência até 2020, pautado no PDI da UFPA elaborado em 2016 com vigência até 2025, ações foram previstas para serem realizadas até a validade do PDU. São elas:

- Promover a acessibilidade e inclusão;
- Adequação do quadro pessoal às necessidades museológicas;
- Adequação da estratégia de acolhimento na visitação de exposições e outras atividades culturais, incluindo nos acervos do órgão para pesquisa;

- Acolher estudantes do curso de Arquivologia e outros cursos afins, além de Museologia e Artes Visuais, incluindo a Capacitação de monitores e estagiários para o desempenho de funções museológicas;
- Divulgação e difusão de ações e princípios do Museu, visando à inserção do MUFPA em roteiros turísticos e nos cronogramas da UFPA e de outras instituições;
- Integração entre o MUFPA, ICA, EMUFPA, ETUDFPA e outras instituições com objetivos similares, o que poderia melhorar a comunicação interna e externa do órgão, principalmente junto à própria UFPA.

Estas são metas a serem executadas a médio prazo, se considerarmos o prazo de vigência do PDU do MUFPA. Demais planejamentos, segundo a Coordenadoria Administrativa, são elaborados anualmente.

A tabela de 2020 de Exposições está basicamente montado e alguns eventos já estão confirmados para o próximo ano. Os Eventos Paralelos continuarão acontecendo normalmente.

<b>PERÍODO</b>	<b>EVENTO – EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO</b>
A Definir	<b>LETRA E MÚSICA (COLEÇÃO VICENTE SALLES)</b>
	<b>PRÊMIO DIÁRIO CONTEMPORÂNEO DE FOTOGRAFIA</b>
	<b>ARTE PARÁ</b>
	<b>GRAVURA NO MUFPA</b>
	<b>INDÍGENAS E QUILOMBOLAS (RENATO ALMEIDA)</b>

Tabela 7 – Exposições previstas para 2020.

Fonte: Coordenadoria Administrativa / MUFPA

Vale ainda ressaltar, que o Plano Museológico ainda será implantado, o qual pode contribuir para um melhor envolvimento dos servidores de todos os setores do museu.

Caso o recurso liberado à captação, seja adquirido pelo MUFPA, este começará a dar andamento no Inventário do Museu, meta com pretensão de ser realizada também até o final do PDU.

### 3.2 UMA VISÃO ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DA AAMUFPA

A Associação de Amigos do MUFPA, basicamente está presente em todos os processos que visam captar recursos para os projetos do museu. Seja tomando a frente do projeto, realizando eventos, assumindo despesas ou firmando parcerias. No entanto, na contramão do sucesso como fomentadora, a arrecadação via membros associados é muito baixa e acredito que necessita de uma maior fidelidade dos membros e maior quantidade de sócios, para que haja uma arrecadação capaz de estabilizar, o mínimo possível, a disponibilidade de recursos.

Os Amigos de Museus são embaixadores de sua instituição. Trabalham voluntariamente em prol de sua entidade e também da comunidade, com ações que melhoram a cidade e levam cultura e lazer à população (FEAMBRA, 2014, p. 8).

A campanha veiculada na televisão com vistas a adquirir novos associados é uma louvável atitude, que pode despertar não só o interesse em se associar, mas o interesse em conhecer o MUFPA mais de perto. Ainda nesse viés tecnológico, a AAMUFPA poderia criar perfis em redes sociais para que as pessoas pudessem conhecer mais de perto, o trabalho realizado.

### 3.3 DEMAIS ALTERNATIVAS DE FOMENTO NO MUSEU DA UFPA

Certos eventos paralelos às exposições movimentam a área do jardim e o Palacete, atualmente. São eles: a Feirinha, o projeto Capoeira no Museu, a Semana Nacional do Cérebro e o Sarau no Museu.

A Feirinha, pode-se dizer, que é um tanto emblemática. Pois passa com bons olhos à administração, por proporcionar um quantitativo maior de pessoas nas dependências do museu, mesmo que apenas aos domingos. No entanto, não fomenta a visita *in loco*, ela atrai as pessoas para o consumo dos produtos que são

postos à venda sem nenhuma pretensão de retorno financeiro ao museu e a “visita” acaba ficando em segundo plano. É preciso que a comissão da Feirinha organize o evento de uma forma que o visitante passe pelos portões estimulado pelo museu e pela feira, não apenas pela feira. Não quero dizer aqui que a Feirinha deve acabar, pelo contrário, deveria funcionar como um bom exemplo de economia criativa que movimentaria o capital, sendo positiva para quem vende e para o museu que fornece o espaço. A diversidade dos stands e de expositores fazem dela, uma boa opção de lazer para o domingo. No entanto, considerando o local onde ela se instala, já que a mesma não fomenta a captação de recursos ao museu, deve fomentar no mínimo, a vivência no Museu, mas sem que o museu passe a depender da feira para isso.

O projeto Capoeira no Museu acontece aos sábados também no jardim do museu. Foi implementado pelo museólogo da instituição com o objetivo de difundir a capoeira como patrimônio nas dependências de um local tombado como patrimônio, na perspectiva de um museu em movimento e criativo, sob a ideia de que o museu não deve se fechar na sua tipologia, mas sim considerar-se um local de diversidade cultural, para fugir da dinâmica de apenas chegar, olhar uma exposição e ir embora, e entender que o Museu é um lugar dinâmico e que há outros lugares nele onde se pode trabalhar (Entrevistado 3). Os inscritos pagam um valor de R\$ 30,00 (trinta reais), considerado simbólico pelo grupo, para a manutenção do projeto.

Desde 2017, o Museu da UFPA integrou a programação da Semana Nacional do Cérebro (SNC), realizando atividades socioeducativas, exposições e visitas guiadas aos laboratórios do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade. O evento ocorre anualmente em edições temáticas. O objetivo é fazer com que pesquisadores – discentes e docentes – possam compartilhar experiências e os principais avanços científicos locais, promovendo a disseminação de conhecimentos neurocientíficos, tornando-os acessíveis a todos os interessados. A programação faz parte da Semana Nacional do Cérebro, promovida pela Sociedade Brasileira de Neurociências (SBNc), sendo parte integrante da Brain Awareness Week (BAW), uma iniciativa global de divulgação das Neurociências pela Dana Alliance for Brain Initiatives. No MUFPA, a SNC é coordenada pela mestra e servidora do museu, Louise Bogéa.

Outra iniciativa, trazida pela AAMUFPA, que também acontece no jardim do MUFPA, é o Sarau no Museu, programação realizada sempre na última sexta-feira

de cada mês, que agrega música, poesia e leitura de livros clássicos, nacionais e internacionais. O projeto surgiu em 2018 com o objetivo de intensificar a realização de atividades culturais como forma de promover o espaço cultural que é o Museu da UFPA. As atrações são selecionadas pela Associação de Amigos do Museu em conjunto com instituições parceiras, como a Escola de Música da UFPA e o Projeto Palavra de Poeta.

Uma questão bem atual que gostaria de mencionar também, como uma alternativa ao fomento, é o fato de o MUFPA possuir perfis nas redes sociais digitais, como o Facebook e o Instagram, assim como possui uma página na internet. Ambos podem funcionar, em suas respectivas peculiaridades, como grandes canais de interação do público com o museu, na divulgação de seus eventos e programações, realizando periódicas publicações para fomentar a vida que há dentro do museu. São muitas as possibilidades: é preciso escolher a mais adequada para cada museu, pensando que os conteúdos na internet precisam ser regularmente atualizados (CÂNDIDO, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazer a temática do fomento, com base nas definições de museu como instituição sem fins lucrativos, mas que necessita se sustentar financeiramente, me despertaram o interesse de redigir esta monografia tratando de tal temática, para chamar atenção à compreensão e reflexão crítica acerca de como o fomento é importante ao museu e o quanto é desafiador para a gestão por se tratar de uma instabilidade contínua. O desafio da tomada de decisões internas frente aos recursos sempre externos reflete na eficácia desta área ainda pouco explorada pelo campo disciplinar da Museologia e que é recomendada pelo Plano Museológico. E considerando que o museu a ser estudado é universitário, federal, faz parte de um Ministério que não prevê esse tipo de instituição na sua organização e não é gerido pelas instancias diretamente responsáveis pela pasta cultural, a pesquisa se fez importante também para perceber o caminho burocrático e demorado que o orçamento percorre, levando em conta o controle da Universidade sobre o valor destinado ao museu e o fato de tal valor não suprir as necessidades da instituição, levando-a então, a buscar novos canais para adquirir recursos.

Partindo de um breve recorte que remonta ao ano de 2003, quando a atual gestão do museu tomou posse e demonstrou notável empenho na disseminação de ações para melhorias na instituição, o trabalho buscou compreender criticamente os nexos das ações de fomento associados a gestão de museus, tendo como macro cenário a política cultural do setor de museus implantada no Brasil. O estudo de caso se deu a partir do detalhamento das ações de fomento de um museu universitário voltado às artes visuais, o MUFPA. O estudo demonstra os mecanismos adotados pelo museu a partir de 2003, como a Lei de Incentivo à Cultura, editais públicos e privados e a Emenda Parlamentar. Também, no primeiro capítulo, adentra-se no histórico dos museus no Brasil atrelado a uma política nacional de museus, também iniciada em 2003 pelo Governo Federal.

Neste sentido, busquei refletir criticamente sobre os avanços e retrocessos das políticas culturais através do recorte temporal, para se chegar ao momento atual, constatando a total ausência de uma política sólida que tenha como pilar ou possibilidade, associar os processos de Salvaguarda e Comunicação dos museus, atrelados a um fluxo diverso e plural de fluxos econômicos, voltados a circulação

dos bens simbólicos no campo cultural, museológico e patrimonial, sua fruição e, em especial, a sua função educacional e sociocultural implícita na instituição museu.

Por fim, busquei compreender a gestão de museus no âmbito de suas atribuições, burocracias que tal campo enfrenta, dadas as esferas em que cada museu se encaixa de modo especial, o museu estudado neste trabalho, e tentei apontar algumas alternativas para um melhor processo de gestão, focando na delicadeza de um tema que pouco se comenta no campo disciplinar da Museologia, mas que é vital para a sustentação dos museus: o campo financeiro.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. ***A Cultura do Mecenato no Brasil: Uma Utopia Possível?*** In JÚNIOR, José do Nascimento. *Economia de Museus*. Brasília: MinC/IBRAM, 2010. (P. 163-201).

ASCOM/IBRAM. ***Memória: Política Nacional de Museus completa dez anos de lançamento***. Portal do Instituto Brasileiro de Museus, 16/05/2013. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/memoria-politica-nacional-de-museus-completa-dez-anos-de-lancamento-hoje-16/>>. Brasília, DF. Acesso em 22/05/2019, 19h50min.

AVELAR, Rômulo. ***O Averso da Cena: Notas sobre Produção e Gestão Cultural***. 4ª ed. Belo Horizonte: Ravel Cultural, 2014. 490 p.

BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; RUBIM, Antônio Alberto Canelas. ***Políticas Culturais no Governo Dilma***. Salvador: EDUFBA, 2015. 281 p.: il. – (Coleção Cult).

BARBALHO, Alexandre. ***Política Cultural em Tempo de Crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer***. Revista de Políticas Públicas: Políticas Públicas Culturais: configurações, dilemas e perspectivas contemporâneas. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Volume 22. Nº 1. 2018. (P. 239-260).

BARBALHO, Alexandre. ***Política Cultural***. Coleção Política e Gestão Culturais. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Set/2013. 32 p.

BRASIL. ***Constituição da República Federativa do Brasil de 1988***. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

BRASIL. DECRETO Nº 5.264, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2004. ***Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências***. Revogado pelo Decreto nº 8.124, de 2013. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5264.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5264.htm)>

BRASIL. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. ***Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM***. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm)>. Acesso em 05/04/2019, 19h00min.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 86, DE 17 DE MARÇO DE 2015. ***Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que específica***. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm)>

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2019. **Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).** Diário Oficial da União. Brasília, DF. Ed. 78, seção 1, p. 3. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/instru%C3%87%C3%83o-normativa-n%C2%BA-2-de-23-de-abril-de-2019-84797797>>. Acesso em 22/05/2019, 22h47min.

BRASIL. LEI Nº 7.287, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1984. **Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo.** Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7287.htm)>. Acesso em 23/09/2018, 21h35min.

BRASIL. LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991. **Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.** Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm)>. acesso em 22/05/2019, 21h52min.

BRASIL. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.** Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm)>. Acesso em 24/09/2018, 16h00min.

BRASIL. LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009. **Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e dá outras providências.** Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm)>. Acesso em 24/09/2018, 18h05min.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 752, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1994. **Dispõe sobre alteração na Lei nº 8490, de 19 de novembro de 1992, na Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994 e dá outras providências.** Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/1990-1995/752.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1990-1995/752.htm)>. Acesso em 22/05/2019, 02h25min.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 850, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018. **Autoriza o Poder Executivo Federal a instituir a Agência Brasileira de Museus e dá outras providências.** Arquivada pelo Ato de 13 de fevereiro de 2019. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Congresso/acd-13.fev.19-mpv850.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2019/Congresso/acd-13.fev.19-mpv850.htm)>

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial da Cultura.** Disponível em: <<http://cultura.gov.br/>>. Brasília, DF. Acesso em 03/05/2019, 22h35min.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial da Cultura. **Lei de Incentivo à Cultura.** Disponível em: <<http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>>. Brasília, DF. Acesso em 01/05/2019, 20h10min.

BRITTO, Rosângela Marques de. **Os usos do espaço urbano das ruas e do patrimônio cultural musealizado na "esquina" da "José Malcher" com a "Generalíssimo": itinerários de uma antropóloga com uma rede de interlocutores no Bairro de Nazaré (Belém-PA)**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

BRITTO, Rosângela Marques de. Depoimento concedido ao pesquisador, em junho de 2019.

CARLOS, Alexandre Brandão *et al.* **Estratégia Organizacional Através da Matriz SWOT na Empresa Pastore em São Mateus – ES**. 1º Workshop Engenharia de Produção – UFES/CEUNES. Nov/2015.

CHAGAS, Mário de Souza. **A Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. 258 p.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus In: Coleção Estudos Museológicos**, vol. 3. Florianópolis: FCC, 2014.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Universidade Federal do Pará. Resolução nº 544, de 25 de abril de 1983. **Cria do Museu da Universidade Federal do Pará**. Disponível em:

<[http://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/1983/544%20Cria%20o%20Museu%20da%20Universidade%20Federal%20do%20Par%C3%A1.pdf](http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/1983/544%20Cria%20o%20Museu%20da%20Universidade%20Federal%20do%20Par%C3%A1.pdf)>. Belém, PA. Acesso em 20/06/2019, 21h52min.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA. Universidade Federal do Pará. Resolução nº 1.230, de 02 de maio de 1985. **Aprova o Regulamento do Museu da Universidade Federal do Pará**. Disponível em:

<[http://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consepe/1985/1230%20Aprova%20o%20Regulamento%20do%20Museu%20da%20UFPA.pdf](http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/1985/1230%20Aprova%20o%20Regulamento%20do%20Museu%20da%20UFPA.pdf)>. Belém, PA. Acesso em 20/06/2019, 22h00min.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Universidade Federal do Pará. Resolução nº 662, de 31 de março de 2009. **Aprova o Regimento dos Órgãos Executivos da Administração Superior**. Disponível em:

<[http://sege.ufpa.br/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consun/2009/Microsoft%20Word%20-%20662%20Regimento%20da%20Reitoria.pdf](http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2009/Microsoft%20Word%20-%20662%20Regimento%20da%20Reitoria.pdf)>. Belém, PA. Acesso em 20/06/2019, 22h15min.

DEHEINZELIN, Lala; REIS, Ana Carla Fonseca. **Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local**. Vitória: SEBRAE, 2008. 232 p.

EDSON, Gary. **Gestão do Museu In: Como Gerir um Museu**. ICOM, 2004. (P. 145-159).

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Associação de Amigos do Museu da UFPA**. Belém, PA. Nov/2003.

\_\_\_\_\_. **Guia para criação e gestão de Associações de Amigos de Museus.** Federação de Amigos de Museus do Brasil (FEAMBRA). São Paulo, 2014.

FREITAS, Aline *et al.* **Mapa Tributário da Economia Criativa: Artes Visuais, Audiovisual, Editorial, Jogos Digitais e Música.** Brasília: MinC, 2018. 95 p.

GALILEU. **Como entender o orçamento destinado ao Museu Nacional?** São Paulo: Editora Globo. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/09/cafezinho-dos-deputados-tem-orcamento-maior-que-o-do-museu-nacional.html>> Acesso em 21/05/2019, 21h49min.

GLOBO, O. **Doações para Reconstrução: Museu Nacional do Rio não é a Notre-Dame.** São Paulo: Editora Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/doacoes-para-reconstrucao-museu-nacional-do-rio-nao-a-notre-dame-23607184>>. Acesso em 28/08/2019, 22h06min.

GRAMPA, Victor Henrique. **Incêndio no Museu Nacional: Considerações sobre um Infortúnio não Fortuito.** Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2018/09/artigo-incendio-no-museu-nacional-consideracoes-sobre-um-infortunio-nao-fortuito.12562>>. Acesso em 21/05/2019, 22h22min.

IBRAM. **Portal do Instituto Brasileiro de Museus.** Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/>>. Brasília, DF. Acesso em 25/09/2018, 20h00min.

IBRAM. **Relatório – Investimentos no Campo Museal 2011.** Brasília: DDFEM/CESES, 08/2012. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/05/Investimentos-no-Campo-Museal-2011.pdf>>. Acesso em 21/05/2019, 23h50min.

IBRAM. **Investimentos no Setor Museal 2015.** Brasília: DDFEM/CESES, 09/2016. Disponível em: <[https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/Investimentos\\_SetorMuseal2015.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/Investimentos_SetorMuseal2015.pdf)>. Acesso em 22/05/2019, 01h02min.

ICOM. **Portal do Conselho Internacional de Museus.** Disponível em: <<https://icom.museum/en/>>. Paris, FR. Acesso em 25/09/2018. 19h45min.

JÚNIOR, José do Nascimento; CHAGAS, Mário de Souza. **Política Nacional de Museus.** Brasília: MinC, 2007. 184 p.

JÚNIOR, José do Nascimento. **Economia da Cultura.** In JÚNIOR, José do Nascimento. *Economia de Museus.* Brasília: MinC/IBRAM, 2010. (P. 203-234).

MACHADO, Jurema. **Economia da Experiência, Valorização do Patrimônio e dos Recursos Locais.** In DEHEINZELIN, Lala; REIS, Ana Carla Fonseca. *Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local.* Vitória: SEBRAE, 2008. 232 p.

MUFPA. **Programas Institucional, Pessoas e Fomento**. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por <vitornxavier@hotmail.com> em 07/01/2019, 11h44min.

MUFPA. **Página institucional do Museu da UFPA**. Disponível em: <<http://www.museu.ufpa.br/index.php?link=1>>. Belém, PA. Acesso em 24/09/2018, 20h10min.

PAIVA, Carlos. **Notas sobre os atuais desafios do Fomento à cultura no Brasil**. In FIGUEIREDO, Silvio Lima et al. *Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil*. Belém: NAEA, 2016. (P. 23-34).

PARÁ. LEI Nº 5.629, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1990. **Dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará**. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Assessoria Técnica. Disponível em: <[http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/arquivos/lei5629\\_1990\\_36244.pdf](http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/arquivos/lei5629_1990_36244.pdf)>. Belém, PA. Acesso em 20/06/2019, 22h22min.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Unidade – 2017/2020**. Museu da Universidade Federal do Pará. Belém, PA. 2017. 24 p.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2016/2025**. Universidade Federal do Pará. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <<http://pdi.ufpa.br/>>. Acesso em: 10/05/2019, 20h36min.

\_\_\_\_\_. **Plano de Gestão Orçamentária 2019: Dotação de Recursos para as Unidades Administrativas e Acadêmicas**. Universidade Federal do Pará. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/diplan/pgo/PGO2019-VERSAOLOA.pdf>>. Acesso em: 10/05/2019, 21h00min.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020**. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto Acessibilidade ao Patrimônio Cultural do Museu da UFPA**. Belém, 2008.

\_\_\_\_\_. **Projeto Mobiliário para o Acervo Vicente Salles**. Belém, 2008.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Reforma e Ampliação do Anexo Administrativo do Museu da UFPA**. Belém, 2007.

\_\_\_\_\_. **Projeto Modernização do Museu da UFPA**. Belém, 2009.

\_\_\_\_\_. **Projeto Jardim das Esculturas**. Belém, 2005.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Museus e Mercados de Arte como Agentes Econômicos: Um Diálogo Entre Cultura e Economia**. In JÚNIOR, José do Nascimento. *Economia de Museus*. Brasília: MinC/IBRAM, 2010. (P. 115-139).

\_\_\_\_\_. **Relatório Final do Projeto de Recuperação e Difusão do Acervo Vicente Salles.** Belém, 2009.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Museus em Universidades Públicas: Entre o Campo Científico, o Ensino a Pesquisa e a Extensão.** Revista do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília: Museologia & Interdisciplinaridade. Volume II. Nº 4. maio/jun. de 2013. (P. 88-102).

RODRIGUES, Ana Ramos. **O Plano Museológico como Marco na Gestão de Museus: estudo de caso sobre o Museu das Missões/RS (2007/2015).** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia. Porto Alegre, RS, 2015.

SANTOS, Valcir Bispo. **Belém como Metrópole Cultural e Criativa Da Amazônia: Contribuições para a Elaboração Do Plano Municipal De Cultura De Belém.** Cadernos CEPEC – Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia. Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará. Volume V. Nº 10. Out/2016.

SILVA, Ana Daniela Nogueira; BRITTO, Rosângela Marques de. **Estudo de Público do Museu da Universidade Federal do Pará: Diagnóstico para Construção do Plano Museológico.** III SEBRAMUS – Seminário Brasileiro de Museologia: Museologia e suas Interfaces Críticas: museu, sociedade e os patrimônios. Belém, PA. Anais. Artigo, p. 1118-1132. ISSN 2446-8940. Nov/2017.

SOARES, Ednaldo. **Planejamento Estratégico: Ferramenta Indispensável na Gestão Eficiente de Museus.** Revista do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília: Museologia & Interdisciplinaridade. Volume IV. Nº 8. Dez/2015. (P. 213-222).

\_\_\_\_\_. **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos.** Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2016.

UOL, Cotidiano. **Baixas Doações a Museu Nacional geram críticas e comparação com Notre-Dame.** São Paulo. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/17/museu-nacional-doacoes-catedral-de-notre-dame.htm>>. Acesso em 01/09/2019, 23h44min.

## ANEXO 1 – MODELO DE TERMO DE DOAÇÃO



### TERMO DE DOAÇÃO DE OBRAS

Serve o presente documento como formalização da doação feita pelo(a) **artista** \_\_\_\_\_, da **série/obra** \_\_\_\_\_ composta por (**nº de peças**), doados ao Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA), sendo as obras de autoria do(a) mesmo(a). As obras em questão farão parte da Coleção \_\_\_\_\_ . As obras fizeram parte da exposição (**título da exposição**) no (**local**), em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ 201\_ a \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

(**Descrição da exposição**) **Ex.:** O Prêmio Diário Contemporâneo de Fotografia é um projeto nacional que incentiva a cultura, arte e a linguagem fotográfica em toda a sua diversidade aberto a todos os artistas brasileiros ou residentes no País, promovido pelo jornal Diário do Pará em parceria com o Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) e com a Casa das Onze Janelas do Sistema Integrado de Museus/Secult-PA.

#### DESCRIÇÃO

Nº do Laudo	AUTOR	TÍTULO/SÉRIE	ANO	TÉCNICA	QUANTIDADE

Sendo a presente doação de minha livre e espontânea vontade, transfiro em caráter irrevogável para o Museu da Universidade Federal do Pará, todos os meus direitos de propriedade e de posse sobre as referidas obras, o que deverá ser respeitado por meus descendentes e herdeiros.

O MUFPA poderá expor a(s) obra(s) objeto deste termo em seus espaços ou em local diverso e reproduzi-las, sem fins lucrativos, mantendo o direito de autor do DOADOR (se for o caso), conforme a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Assim, as obras de arte doadas, a partir da presente data, **deixam de ser de responsabilidade do artista** \_\_\_\_\_ **para ser integrada ao acervo do Museu da UFPA**, este sendo agora responsável por sua guarda, conservação e integridade física.

#### DADOS DO DOADOR:

Nome:

CPF:

Endereço:

CEP:

Telefone:

É parte integrante deste termo o laudo técnico nº \_\_\_\_.

Belém-PA, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela doação das obras

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo recebimento das obras